

**UNI-FACEF CENTRO UNIVERSITÁRIO DE FRANCA**

**TARSIS SOUZA SILVA**

**DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO BRASILEIRO NO GOVERNO  
FERNANDO HENRIQUE CARDOSO**

**FRANCA  
2014**

**TARSIS SOUZA SILVA**

**DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO BRASILEIRO NO GOVERNO  
FERNANDO HENRIQUE CARDOSO**

Monografia apresentada ao *Uni-FACEF*  
*Centro Universitário de Franca*, para a  
obtenção do título de bacharel em  
Ciências Econômicas.

Orientador: Prof. Dr. Hélio Braga Filho

**FRANCA  
2014**

**TARSIS SOUZA SILVA**

**DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO BRASILEIRO NO GOVERNO  
FERNANDO HENRIQUE CARDOSO**

Monografia apresentada ao *Uni-FACEF*  
*Centro Universitário de Franca*, para a  
obtenção do título de bacharel em  
Ciências Econômicas.

Franca, 19 de novembro de 2014.

Orientador (a): \_\_\_\_\_

Nome: Prof. Dr. Hélio Braga Filho

Instituição: Uni-FACEF – Centro Universitário de Franca

Examinador (a): \_\_\_\_\_

Nome: Prof. Ms. Marcio Benevides Lessa

Instituição: Uni-FACEF – Centro Universitário de Franca

Examinador(a): \_\_\_\_\_

Nome: Prof.<sup>a</sup> Ms. Ana Tereza Jacinto Teixeira

Instituição: Uni-FACEF – Centro Universitário de Franca

Dedico este trabalho aos meus pais,  
Sebastião Pereira da Silva e Rosimar de  
Souza Silva, pelo apoio dado durante toda  
a minha graduação.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço:

- a Deus, pela inspiração e pela força;
- ao orientador deste trabalho, o prof. Dr. Hélio Braga Filho pela colaboração dada;
- ao Uni-FACEF Centro Universitário de Franca pelas facilidades oferecidas; e
- aos meus familiares e à minha namorada Veridiana Barros Colombaroli, pela compreensão e apoio no decorrer deste trabalho.

*É melhor tentar e falhar,  
que preocupar-se e ver a vida passar;  
é melhor tentar, ainda que em vão,  
que sentar-se fazendo nada até o final.  
Eu prefiro na chuva caminhar,  
que em dias tristes em casa me  
esconder.  
Prefiro ser feliz, embora louco,  
que em conformidade viver.*

Martin Luther King

## RESUMO

O desenvolvimento econômico é um tema atual e de grande importância para as Ciências Econômicas. O problema de pesquisa deste estudo é: como evoluiu o desenvolvimento econômico brasileiro durante o governo FHC (1995-2002)? Este estudo tem como objetivo analisar o desenvolvimento econômico no governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2002). O estudo se inicia com uma revisão bibliográfica do conceito de desenvolvimento econômico. Nela são citadas algumas definições sobre desenvolvimento na visão de alguns autores. Depois de todas as explicações sobre o desenvolvimento, há uma abordagem sobre o contexto histórico-econômico que se inseriu o governo FHC. Ela destaca o Plano Real, suas influências no período analisado e os acontecimentos econômicos do governo FHC. Este estudo foi realizado através de uma pesquisa qualitativa, com a análise de dados secundários obtidos de livros e sites especializados. Foram analisados os indicadores de desenvolvimento econômicos do período de 1995 a 2002. Como resultado, cabe destacar que apesar de alguns indicadores apontarem para existência de desenvolvimento econômico no período, a maioria e os principais indicadores não evoluíram de uma maneira favorável a existência de desenvolvimento econômico durante o governo FHC.

**Palavras-chave:** desenvolvimento econômico, governo FHC, Plano Real.

## **ABSTRACT**

Economic development is a current and very important to the economics subject. The research problem of this study is: how has Brazil's economic development during the Cardoso administration (1995-2002)? This study aims to analyze the economic development of the government of Fernando Henrique Cardoso (1995-2002). The study begins with a literature review of the concept of economic development. In it are cited some definitions about development in the view of some authors. After all the explanations of the development, there is an approach to the historical and economic context that entered the Cardoso government. She highlights the Real Plan , their influences in the analyzed period and the economic events of the Cardoso government. This study was conducted through qualitative research with analysis of secondary data from books and specialized sites. The indicators of economic development for the period 1995 to 2002 were analyzed. As a result, it is worth noting that although some indicators point to the existence of economic development in the period, the most key indicators have not evolved in a favorable way to the existence economic development during the Cardoso government .

**Key-words:** economic development , FHC , Real Plan.



## RESUMEN

El desarrollo económico es un tema actual de gran importancia para la economía. El problema de investigación de este estudio es: ¿cómo tiene el desarrollo económico de Brasil durante el gobierno de Cardoso (1995-2002)? Este estudio tiene como objetivo analizar el desarrollo económico en el Fernando Henrique Cardoso (1995-2002). El estudio comienza con una revisión de la literatura de la noción de desarrollo económico. En ella se citan cierto desarrollo en las definiciones, en opinión de algunos autores. Después de todas las explicaciones del desarrollo, hay una discusión sobre el contexto histórico y económico que entró en el gobierno de Cardoso. Se destaca el Plan Real, su influencia en el período analizado y los acontecimientos económicos del gobierno de Cardoso. Este estudio se realizó a través de una investigación cualitativa con el análisis de datos secundarios obtenidos de libros y sitios web especializados. Indicadores de desarrollo económico se analizaron entre 1995 y 2002. Como resultado de ello, vale la pena señalar que, si bien algunos indicadores sugieren la existencia de un desarrollo económico en el período, y los indicadores más destacados no evolucionaron de manera favorable la existencia del desarrollo económico durante el gobierno de Cardoso.

Palabras clave: desarrollo económico, gobierno FHC, Plan Real.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Gráfico da variação do PIB .....	46
Figura 2 – Gráfico da variação do PIB <i>per capita</i> .....	47
Figura 3 – Gráfico do saldo da balança comercial (em milhões de US\$).....	50
Figura 4 – Gráfico do saldo do balanço de pagamentos (em milhões de US\$) .....	51
Figura 5 – Gráfico da taxa de câmbio .....	52
Figura 6 – Gráfico do IPCA – variação percentual mensal.....	53
Figura 7 – Gráfico do percentual de pessoas na população total com renda domiciliar <i>per capita</i> inferior à linha de pobreza .....	55
Figura 8 – Gráfico do número de pessoas em domicílios com renda domiciliar <i>per capita</i> inferior à linha de pobreza .....	55
Figura 9 – Gráfico do percentual de pessoas na população total com renda domiciliar <i>per capita</i> inferior à linha de extrema pobreza .....	56
Figura 10 – Gráfico do número de pessoas em domicílios com renda domiciliar <i>per capita</i> inferior à linha de extrema pobreza .....	56
Figura 11 – Gráfico do Coeficiente Gini .....	57
Figura 12 – Gráfico do índice T de Theil .....	58
Figura 13 – Gráfico da renda domiciliar mensal <i>per capita</i> média (em reais de outubro de 2012) .....	59
Figura 14 – Gráfico dos analfabetos – pessoas com 15 anos e mais .....	59
Figura 15 – Gráfico da média de anos de estudo – pessoas com 25 anos e mais ...	60
Figura 16 – Gráfico da frequência escolar – pessoas de 7 a 14 anos.....	61
Figura 17 – Gráfico da frequência escolar – pessoas de 15 a 17 anos.....	61
Figura 18 – Gráfico dos domicílios com água encanada.....	62
Figura 19 – Gráfico dos domicílios com instalação de esgoto.....	63
Figura 20 – Gráfico dos domicílios com material de construção durável .....	63
Figura 21 – Gráfico da adequação da moradia .....	64
Figura 22 – Gráfico da esperança de vida ao nascer.....	65
Figura 23 – Gráfico da taxa de mortalidade infantil .....	66
Figura 24 – Gráfico da taxa de trabalho infantil (%) .....	67
Figura 25 – Gráfico da taxa de desemprego (%).....	68
Figura 26 – Gráfico do grau de informalidade (%).....	69

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Governo FHC: Indicadores Macroeconômicos (%) .....	37
Tabela 2 – PIB e PIB <i>per capita</i> .....	45
Tabela 3 – PIB sob ótica da demanda – participação relativa (%) .....	48
Tabela 4 – PIB sob ótica da demanda – taxa anual de crescimento (%) .....	49
Tabela 5 – Dívida externa .....	54

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	13
1 REFERENCIAL TEÓRICO .....	16
1.1 DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO.....	16
1.2 INDICADORES DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO .....	30
2 CONTEXTO HISTÓRICO-ECONÔMICO DO GOVERNO FHC .....	33
3 METODOLOGIA.....	43
4 ANÁLISE DE DADOS .....	45
CONCLUSÃO.....	70
REFERÊNCIAS.....	73

## INTRODUÇÃO

Desde o final da década de 1970 do século passado, quando ocorreu o segundo choque do petróleo e a elevação das taxas de juros americanas, a economia do Brasil passou por um processo de grande instabilidade, expressa em elevadas taxas de inflação e / ou em problemas de natureza cambial.

Na primeira metade dos anos de 1980, com a crise da dívida externa, as políticas decorrentes do ajuste monetário do balanço de pagamentos viabilizaram o equilíbrio das contas externas do país à custa da estagnação econômica, do aumento da dívida pública, do agravamento do processo inflacionário e da fragilização financeira do Estado. A partir de 1986, inaugurou-se a era dos planos de estabilização, com sucessivas trocas de moedas e distintos tratamentos para o problema inflacionário, que acabaram por se defrontar com o estrangulamento cambial.

Nos anos de 1990, inverteu-se a situação da década anterior, caracterizada por baixa liquidez no mercado financeiro internacional, que passou, novamente, a disponibilizar recursos para os países da periferia do sistema capitalista. Entretanto, esses recursos já não seriam de longo prazo, como os dos anos de 1970, ao contrário, assumiram a forma predominante de empréstimos e aplicações de curto prazo.

No início da década de 1990, nesse novo cenário de globalização financeira e hegemonia neoliberal, o Brasil foi chamado a se integrar ao processo, através da abertura financeira e comercial de suas fronteiras. Adicionalmente, no plano interno, o país teve que desregular as atividades econômicas para permitir a ampliação da participação de capitais privados nacionais e estrangeiros, privatizar suas empresas estatais e realizar reformas estruturais, de natureza também neoliberal.

Essa agenda neoliberal, sistematizada pelo chamado Consenso de Washington, se completou com a adoção de planos de estabilização calcados numa estratégia de abertura da economia, de sobrevalorização de sua moeda ancorada diretamente no dólar e de acúmulo de reservas. Nesse período foram arquitetados no Brasil sete planos de estabilização: Cruzado I e II, Arroz com Feijão, Bresser, Verão, Collor I e II.

Sendo assim, o contexto econômico que se insere o início do governo FHC é o da estabilização, que havia sido conseguida no ano de 1994 com o Plano Real. FHC tinha claro que fora eleito para vencer a inflação e que a forma que o seu governo seria visto na história estaria ligado ao seu grau de êxito na matéria.

Considerando o contexto acima exposto, o problema de pesquisa proposto para ser investigado neste estudo é: como evoluiu o desenvolvimento econômico brasileiro durante o governo FHC (1995-2002)?

Uma das justificativas da realização deste trabalho é o fato do desenvolvimento econômico ser uma área, segundo Souza (1999), sem um consenso que possibilitasse a existência de uma definição universalmente aceita.

Além disto, o desenvolvimento econômico é um tema atual e de grande importância, pois ele é discutido diariamente nos governos dos países do mundo, entre os especialistas e também na imprensa mundial. O desenvolvimento econômico é o objetivo fundamental do sistema econômico capitalista, sendo o principal alvo dos economistas a explicação do por que o desenvolvimento econômico ocorre, ou por que deixa de ocorrer.

Outro aspecto que justifica a realização da pesquisa é a importância do Plano Real para a estabilização da economia brasileira na época, sendo o governo FHC o responsável por sua continuidade e manutenção de suas conquistas.

Por fim, o autor tem interesse em se aprofundar no tema de desenvolvimento econômico, assim como no Plano Real e suas conseqüências.

O objetivo geral desta pesquisa é analisar o desenvolvimento econômico brasileiro no governo FHC (1995-2002). Para alcance do objetivo geral, deverão ser cumpridos os seguintes objetivos específicos:

- Examinar o conceito de desenvolvimento econômico;
- Compreender o contexto histórico do governo FHC;
- Analisar a evolução dos indicadores de desenvolvimento econômico no período de 1995 a 2002.

O presente estudo se inicia com uma revisão bibliográfica do conceito de desenvolvimento econômico para que se tenha uma base teórica sobre o assunto, que irá embasar a aplicação prática do mesmo no período e local determinados. Após isso, foram selecionados alguns indicadores de desenvolvimento econômico relevantes que serão analisados na pesquisa.

Logo em seguida, fez-se um estudo sobre o contexto histórico-econômico que se inseriu o governo FHC. Nesta parte há um destaque para o Plano Real, já que o mesmo influenciou todo o governo FHC e gerou importantes conseqüências para o desenvolvimento econômico do período.

O texto está estruturado em quatro capítulos. A introdução que aqui se encerra abordou o tema de forma geral, delimitou o problema, justificou a escolha do tema e definiu os objetivos do estudo. A seguir, o primeiro capítulo nomeado referencial teórico, apresenta as teorias do desenvolvimento econômico na concepção de alguns autores. Logo em seguida, são apresentados alguns indicadores de desenvolvimento econômico. No próximo capítulo, é apresentado o contexto histórico-econômico do governo FHC, com um destaque para o Plano Real, que antecedeu o seu primeiro mandato e teve grande influência em seu governo. O próximo capítulo apresenta a metodologia utilizada neste estudo. No capítulo seguinte, são analisados os dados secundários do desenvolvimento econômico brasileiro no período abordado, com o objetivo de obter a resposta ao problema desta pesquisa. Por fim, são apresentadas as considerações finais da pesquisa.

# 1 REFERENCIAL TEÓRICO

## 1.1 DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Segundo Souza (1999) existe duas correntes econômicas para a definição de desenvolvimento econômico, não havendo um consenso que possibilitasse a existência de uma definição universalmente aceita de desenvolvimento. Uma primeira corrente, de inspiração mais teórica, considera desenvolvimento sinônimo de crescimento. A idéia é a de que o crescimento da economia, distribuindo diretamente a renda entre os proprietários dos fatores de produção, gera automaticamente a melhoria do padrão de vida de toda a população e propicia o desenvolvimento econômico.

Já a segunda corrente, que se volta mais a realidade empírica, considera que o crescimento é condição indispensável para o desenvolvimento, mas não é uma condição suficiente. Isto porque a experiência tem demonstrado que os frutos do crescimento nem sempre beneficiam a economia como um todo e o conjunto da população. Por exemplo, mesmo que a economia cresça a taxas consideradas elevadas, o desemprego pode não estar diminuindo na velocidade necessária, tendo em vista a robotização e informatização do processo produtivo. Esta corrente encara o crescimento econômico como apenas a variação quantitativa do produto, enquanto o desenvolvimento econômico envolve mudanças qualitativas no modo de vida das pessoas, das estruturas produtivas e das instituições (SOUZA, 1999).

Gremaud, Vasconcellos e Toneto Júnior (2009) vão na mesma linha da segunda corrente citada por Souza (1999) afirmando que muitas vezes confunde-se crescimento econômico com desenvolvimento econômico. O primeiro é a ampliação quantitativa da produção. Já o conceito de desenvolvimento econômico é bem mais amplo, inclusive englobando o de crescimento econômico. Dentro desse conceito, o importante, além da magnitude da expansão da produção, é a natureza e a qualidade desse crescimento. Quando se diz que um país é desenvolvido, o que se quer ressaltar é que as condições de vida da população daquele país são boas. Certamente, o que se entende por condições boas ou más é algo bastante relativo e varia ao longo do tempo e entre as diferentes culturas. Isso quer dizer que há grandes dificuldades para se medir o desenvolvimento de um país, dado que o conceito de desenvolvimento não é algo claramente definido.



Sandroni (1999, p. 169) também segue a mesma linha da segunda corrente de Souza (1999) definindo desenvolvimento econômico como sendo “crescimento econômico (aumento do Produto Nacional Bruto *per capita*) acompanhado pela melhoria do padrão de vida da população e por alterações fundamentais na estrutura de sua economia”.

Para Feijó (2007) um nível elevado de PIB per capita não é sinônimo de desenvolvimento econômico. Isto porque países com elevado indicador de riqueza média podem apresentar, ao mesmo tempo, indicadores sociais ruins. Como exemplo disso, pode-se citar o Brasil que possui um desempenho médio naquele indicador, mas convive com mazelas sociais que em alguns aspectos se assemelham a de países africanos. Isto é possível devido à grande desigualdade de renda, a baixa qualidade da educação pública e a desigualdade de oportunidades. Além do crescimento econômico, é necessário para que haja desenvolvimento políticas públicas e ações privadas que possam espalhar os benefícios do crescimento.

Com a exceção de Souza, que afirma existir duas correntes de desenvolvimento econômico, os autores citados acima diferenciam crescimento de desenvolvimento econômico. Isto porque há uma confusão, desde o início dos estudos econômicos, de que bastasse um país, região ou cidade ter um crescimento do seu produto para que ele se desenvolvesse. Isso, na prática, não foi comprovado. É claro que o crescimento econômico é um dos componentes necessários para a obtenção do desenvolvimento. Entretanto há outros fatores, que também são essenciais, para que este ocorra, conforme foi citado pelos autores.

Segundo Furtado (1961) a teoria do desenvolvimento econômico procura explicar, numa perspectiva macroeconômica, as causas e o mecanismo do aumento da produtividade do fator trabalho e as suas conseqüências na organização da produção e no formato de distribuição e utilização do produto social. Essa tarefa elucidativa projeta-se em dois planos: o plano das formulações abstratas e o plano histórico.

O primeiro - onde predominam as formulações abstratas - compreende a análise do mecanismo propriamente dito do processo de crescimento, o que exige a construção de modelos ou esquemas simplificados dos sistemas econômicos existentes, baseados em relações estáveis entre variáveis quantificáveis e consideradas de importância relevante. O segundo - que é o plano histórico - abrange o estudo crítico, em confronto com uma realidade dada, das categorias básicas definidas pela análise abstrata. Não

basta construir um modelo abstrato e elaborar a explicação do seu funcionamento. Igualmente importante é a verificação da eficácia explicativa desse modelo em confronto com uma realidade histórica (FURTADO, 1961, p. 3).

A partir dessa ideia, Furtado (1961) destaca a importância da aplicação prática da teoria. A explicação da teoria do desenvolvimento econômico tem que ter além da elaboração de um modelo teórico a comprovação histórica de que o mesmo funcione, ou seja, tem que existir a confrontação do modelo com uma realidade vivenciada.

Para Furtado (1961) o conceito de desenvolvimento compreende a ideia de crescimento, superando-a. O conceito de crescimento deve ser reservado para expressar a expansão da produção real no quadro de um subconjunto econômico, ou seja, de um setor econômico. Esse crescimento não implica, necessariamente, modificações nas funções de produções, ou seja, nas proporções em que se combinam os fatores no setor produtivo. Pode-se conceber a expansão da produção de um setor decorrente da absorção de fatores que antes estavam disponíveis em outros setores de mais baixa produtividade, sem que haja modificações nas funções de produção.

[...] crescimento é o aumento da produção, ou seja, do fluxo de renda, ao nível de um subconjunto econômico especializado, e que o desenvolvimento é o mesmo fenômeno quando observado do ponto de vista de suas repercussões no conjunto econômico de estrutura complexa que inclui o anterior [...]. A modificação na composição da produção agrícola - em benefício do setor de mais alta produtividade econômica - terá repercussões nas taxas de lucro e poupança, na distribuição da renda, na composição da demanda global e, possivelmente, na taxa de inversão. Uma vez concretizadas, essas repercussões se traduzem em modificações de estrutura. Desta forma, as modificações na estrutura produtiva ao nível do conjunto complexo acarretam outras modificações estruturais na forma como se distribui e utiliza a renda. O conjunto dessas modificações estruturais constitui o processo de desenvolvimento (FURTADO, 1961, p. 74).

Assim, o desenvolvimento tem lugar mediante aumento da produtividade ao nível do complexo conjunto econômico, o que implica transformações nas estruturas. Esse aumento na produtividade é determinado por fenômenos de crescimento que têm lugar em setores particulares da economia (FURTADO, 1961).

A partir dessa definição, percebe-se que a ideia de desenvolvimento econômico de Furtado é diferente da dos autores citados no início deste capítulo. Para Furtado, o que diferencia desenvolvimento de crescimento é que este é a

expansão da produção real no quadro de um setor econômico, sendo aquele o mesmo fenômeno quando observado do ponto de vista de suas repercussões no conjunto econômico de estrutura complexa. Do ponto de vista da economia nacional, não é possível distinguir o que é crescimento do que é desenvolvimento. A hipótese de crescimento sem desenvolvimento, no plano de um conjunto econômico de estrutura complexa, é algo imaginado sem correspondência na realidade. Já para os outros autores mesmo que determinada economia cresça a taxas elevadas, pode não estar ocorrendo o desenvolvimento econômico.

Furtado (2000) afirma também que o conceito de desenvolvimento tem sido utilizado, na história contemporânea, em dois sentidos distintos.

O primeiro diz respeito à evolução de um sistema social de produção à medida que este, mediante a acumulação e o progresso das técnicas, torna-se mais eficaz, ou seja, eleva a produtividade do conjunto de sua força de trabalho. [...] O segundo sentido em que se faz referência ao conceito de desenvolvimento relaciona-se com o grau de satisfação das necessidades humanas. A ambigüidade neste caso aumenta. Existe um primeiro plano no qual se podem usar critérios até certo ponto objetivos: quando se trata da satisfação de necessidades humanas elementares, tais como a alimentação, o vestuário, a habitação.[...] Mas à medida que afastamos desse primeiro plano, mais urgente se torna a referência a um sistema de valores, pois a ideia mesma de necessidade humana, quando não relacionada ao essencial, tende a perder a nitidez fora de determinado contexto cultural (FURTADO, 2000, p. 21).

A partir do segundo sentido, pode-se afirmar que o conceito desenvolvimento econômico não pode ser universalizado, já que dentro de cada contexto cultural, certas necessidades humanas serão priorizadas em detrimento de outras. Com a utilização deste sentido, não pode-se comparar o grau de desenvolvimento entre os diferentes países e regiões, já que para cada caso os indicadores de desenvolvimento serão diferentes, ou terão importância distinta.

Furtado (2000, p. 22) continua a sua explanação afirmando que

[...] a ideia de desenvolvimento possui pelo menos três dimensões: a do incremento da eficácia do sistema social de produção, a da satisfação de necessidades elementares da população e a da consecução de objetivos a que almejam grupos dominantes de uma sociedade e que competem na utilização de recursos escassos. A terceira dimensão é, certamente, a mais ambígua, pois aquilo a que aspira um grupo social pode parecer para outros simples desperdício de recursos. Daí que essa terceira dimensão somente chegue a ser percebida como tal se incluída num discurso ideológico. Assim, a concepção de desenvolvimento de uma sociedade não é alheia à sua estrutura social, e tampouco a formulação de uma política de desenvolvimento e sua implantação são concebíveis sem preparação ideológica.

Com a definição da terceira dimensão do conceito de desenvolvimento, novamente este ganha um contexto específico e menos abrangente e universalizado, já que dependendo do grupo dominante de cada região ou país, existirão diferentes desejos e objetivos para o desenvolvimento econômico atingir.

Para Furtado (2000,p. 22):

O aumento da eficácia do sistema de produção – comumente apresentada como indicador principal do desenvolvimento - não é condição suficiente para que sejam mais bem satisfeitas as necessidades elementares da população. Tem-se mesmo observado que há uma degradação das condições de vida de uma massa populacional como conseqüência da introdução de técnicas mais sofisticadas. Por outro lado, o aumento da disponibilidade de recursos e a elevação dos padrões de vida podem ocorrer na ausência de modificação nos processos produtivos [...]. A visão corrente do desenvolvimento pretende ignorar que a criação de valor, no sistema capitalista, envolve um custo maior do que aquele que figura nas contabilidades privada e pública. Não é demais assinalar que a ação produtiva do homem tem cada vez mais como contrapartida processos naturais irreversíveis.

Percebe-se, a partir da afirmação anterior, que a visão mais aceita de desenvolvimento econômico mascara certos custos e torna-se contraditória. Como pode o desenvolvimento econômico defender algo que no longo prazo é prejudicial para a humanidade? Esta é uma pergunta sem resposta e sem consenso entre os economistas. Por isso o conceito de desenvolvimento econômico é tão complexo e não há um consenso entre os economistas da sua definição.

A subordinação da inventividade técnica aos interesses de reprodução de uma sociedade fortemente desigual e de grande potencial de acumulação é a causa de alguns dos aspectos paradoxais da civilização contemporânea. Sabe-se que mesmo nos países em que mais avançou o processo de acumulação, parte da população não alcançou o nível de renda necessário para a satisfação de suas necessidades elementares. Foi em função dos valores dessa civilização material que se formou a consciência das desigualdades internacionais de níveis de vida, do atraso e do subdesenvolvimento. E nesse contexto emergiu uma nova diretriz do desenvolvimento (FURTADO, 2000).

No parágrafo anterior, Furtado (2000) também discorre sobre as contradições do desenvolvimento econômico. Tem-se que levar em consideração o todo para avaliar se está ou não ocorrendo o desenvolvimento. A dificuldade retratada é a de encontrar todas as definições e os indicadores do desenvolvimento econômico, conseguir analisá-los e chegar a uma conclusão.

A reflexão sobre o desenvolvimento econômico têm-se concentrado no estudo do processo acumulativo das forças produtivas. Ora, por trás dos indicadores econômicos quantitativos desdobra-se o processo histórico de difusão da civilização industrial: a adoção de todos os povos do que se convencionou chamar de padrões de modernidade, ou seja, o formato de vida enquadrado pela industrialização nos países que a lideram. Essa simplificação oculta a existência de modos de desenvolvimento hegemônicos que monopolizam a inventividade dos fins em benefício de alguns países (FURTADO, 2000).

Há um viés industrialista do desenvolvimento econômico ao definir os padrões de modernidade. Os padrões de vida são definidos pelos países que lideram a industrialização no mundo, e, conseqüentemente, eles são beneficiados por isso. Ou seja, certos países impõem o seu modelo de desenvolvimento econômico para outros, o que nem sempre é benéfico para estes, já que cada país possui suas particularidades.

Segundo Furtado (2000, p.30):

As primeiras idéias sobre desenvolvimento econômico, definido como um aumento do fluxo de bens e serviços mais rápido que a expansão demográfica, foram progressivamente substituídas por outras referidas a transformações do conjunto de uma sociedade às quais um sistema de valores empresta coerência e sentido. Medir um fluxo de bens e serviços é operação que somente tem consistência quando tais bens e serviços se ligam à satisfação de necessidades humanas objetivamente definíveis, ou seja, identificáveis independentemente das desigualdades sociais existentes. Quando o economista adiciona gastos realizados pelos consumidores, está em busca de uma variável representativa da demanda efetiva e não de um indicador de bem-estar social. Contudo, é a ideia desta última que está contida no conceito de desenvolvimento.

Furtado (2000) afirma ainda que a idéia corrente de desenvolvimento refere-se a um processo de transformação, que engloba o conjunto de uma sociedade. Esta transformação está relacionada à introdução de métodos produtivos mais eficazes e se manifesta na forma de aumento do fluxo de bens e serviços. Dessa forma, a idéia de desenvolvimento articula-se, numa direção, com o conceito de riqueza, e noutra, com o de eficiência. Com relação a formas mais racionais de comportamento corresponde a uma satisfação mais plena das necessidades humanas.

Apesar do conceito de desenvolvimento econômico ter evoluído e mudado ao longo do tempo, ele ainda carrega um pouco da ideia inicial de que desenvolvimento é o aumento do fluxo de bens e serviços mais rápido que a

expansão demográfica, conforme pode-se observar na ideia corrente de desenvolvimento citada por Furtado (2000).

O início da reflexão sobre desenvolvimento é a apreensão da realidade, ou seja, a identificação das entidades que assumem as novas formas. Essa realidade é apreendida como algo estruturado e como um processo. A ideia de estrutura é o ponto de partida para a apreensão de um todo cuja forma pode ser descrita mediante regras que traduzem relações entre partes desse todo. Se as relações estáveis são projetadas no tempo, configura-se a ideia de causalidade, graças à qual a realidade social pode ser apreendida como um processo (FURTADO, 2000).

Para Bresser-Pereira (2006) o desenvolvimento econômico é um fenômeno histórico que ocorre nos países que já realizaram sua revolução capitalista. Desenvolvimento econômico é o processo de acumulação de capital sistemática e de incorporação do progresso técnico ao capital e ao trabalho, que leva ao aumento da produtividade ou da renda por habitante e, conseqüentemente, dos salários e dos padrões de consumo de uma certa sociedade. Uma vez iniciado, o desenvolvimento econômico tende a ser relativamente automático na medida em que no sistema capitalista os mecanismos de mercado envolvem incentivos para o continuado aumento do estoque de capital e de conhecimentos técnicos.

Os dois fatores fundamentais a determinar, diretamente, o desenvolvimento econômico são a taxa de acumulação de capital em relação ao produto nacional, e a capacidade de incorporação de progresso técnico à produção. O fator principal a determinar a maior ou menor aceleração do desenvolvimento capitalista é a existência ou não de uma estratégia nacional de desenvolvimento. Na medida em que uma sociedade nacional revela suficiente coesão quando se trata de competir internacionalmente, ela aproveitará melhor os recursos e as instituições de que dispõe para crescer. O crescimento da produtividade de um país depende, diretamente, da acumulação de capital e da incorporação de progresso técnico à produção. Investimento e progresso técnico, por sua vez, dependem, em geral, da qualidade das instituições formais (políticas, leis) e informais (práticas sociais ou usos e costumes) que cada sociedade nacional estiver adotando. Quando uma sociedade é capaz de conformar essas instituições e políticas econômicas para que elas assumam o caráter de uma estratégia nacional de competição internacional, aumenta a probabilidade de que as taxas de desenvolvimento sejam mais altas. (BRESSER-PEREIRA, 2006, p. 2)

A opinião de Bresser-Pereira (2006) contrasta com a de Souza (1999) que afirma que apesar de o desenvolvimento econômico ter obtido destaque somente no século XX, a preocupação com ele nos principais países da Europa é muito mais antiga. Porém, o objetivo principal, naquela época, era aumentar o poder

econômico e militar do soberano, sendo raras as preocupações com a melhoria das condições de vida do conjunto da população. Já para Bresser-Pereira (2006) o desenvolvimento econômico só ocorre em países que já realizaram sua revolução capitalista.

Segundo Souza (1999, p. 85):

A História demonstra que o desenvolvimento econômico de uma nação depende do emprego crescente de trabalho produtivo, da formação de poupança, do aporte de capitais externos, da adoção de inovações tecnológicas na produção, da existência de liberdades civis e de instituições e leis, assegurando o direito de propriedade e favorecendo a expansão da iniciativa empresarial. Há necessidade também de um governo central eficiente e forte, adotando políticas favoráveis à industrialização e ao desenvolvimento do comércio exterior, bem como da existência de unidade nacional em relação aos objetivos sociais ligados ao crescimento econômico e ao aumento do bem-estar da população.

É interessante o olhar histórico de Souza (1999) com objetivo de testar na prática os conceitos de desenvolvimento econômico e observar quais são as características essenciais para que uma nação ou país se desenvolva.

Souza (2005) afirma que desenvolvimento econômico é definido pelo aumento contínuo dos níveis de vida, incluindo maior consumo de produtos e serviços básicos para o conjunto da população. Sendo assim, apenas o valor da renda *per capita* é insuficiente para refletir corretamente os diferenciais de desenvolvimento entre cidades, regiões ou países.

Torna-se então necessário, considerar indicadores adicionais que possam refletir melhorias sociais e econômicas, como melhor atendimento médico e odontológico, melhor nutrição, educação mais qualificada, nível maior de segurança e melhor qualidade do meio ambiente. Medidas destinadas para a redução da pobreza são indispensáveis quando forem grandes a concentração de renda e o contingente de pessoas que vivem na miséria. Determinados indicadores, como mortalidade infantil, número de matrículas escolares, igualdade dos sexos na educação e liberdades políticas apresentam uma correlação imperfeita com a renda *per capita*, significando que nem sempre maior nível de renda gera melhores índices de desenvolvimento. Entretanto, a distribuição indireta de renda através de programas de saúde, educação e alimentação da população mais pobre é indispensável para a melhoria dos indicadores de desenvolvimento (SOUZA, 2005).

Bresser-Pereira (1968, p. 15) define desenvolvimento como:

[...] um processo de transformação econômica, política e social, através da qual o crescimento do padrão de vida da população tende a tornar-se automático e autônomo.[...] Não tem sentido falar em desenvolvimento

apenas econômico, ou apenas político, ou apenas social. Na verdade, não existe desenvolvimento dessa natureza, parcelado, setorializado, a não ser para fins de exposição didática. Se o desenvolvimento econômico não trazer consigo modificações de caráter social e político; se o desenvolvimento social e político não for a um tempo o resultado e causa de transformações econômicas, será porque de fato não tivemos desenvolvimento.

O resultado mais importante do desenvolvimento é o crescimento do padrão de vida da população. E é por isso que, geralmente, se usa a expressão “desenvolvimento econômico” como sinônimo de “desenvolvimento”. No processo de desenvolvimento o aspecto econômico é preponderante. Fala-se, propositadamente, em padrão de vida e não em renda *per capita*. A melhoria do padrão de vida e do bem-estar são objetivos aceitos universalmente pelas sociedades modernas. Já a renda *per capita*, apesar de ser uma medida do padrão de vida, é uma medida muito deficiente devido a concentração de renda. Muitas vezes cresce a renda *per capita* sem que haja aumento no padrão de vida, a não ser para uma parcela mínima de privilegiados dentro da população. Quando isso acontece, é provável que não ocorram transformações políticas e sociais e conseqüentemente não existirá desenvolvimento econômico (BRESSER-PEREIRA, 1968).

Apesar do desenvolvimento abranger as áreas política, social e econômica e uma área depender da outra para que o desenvolvimento aconteça, a área econômica é mais preponderante, pois o crescimento do padrão de vida da população é o resultado mais importante do desenvolvimento.

Para que ocorra realmente um processo de desenvolvimento, a melhoria no padrão de vida da população deverá ser automática, autônoma e necessária. Essa melhoria será automática no sentido de que o processo de desenvolvimento econômico passará a se gerar a si mesmo. Quando, por exemplo, um país atinge o estágio do capitalismo comercial, o reinvestimento estimulado pelo lucro torna-se a regra, o desenvolvimento se automatiza. Quando atingimos a um estágio capitalista mais avançado, já de caráter industrial, o desenvolvimento tende a tornar-se não só automático, mas necessário, na medida em que o reinvestimento e o crescimento tornam-se uma questão de sobrevivência das mesmas. À tendência à autonomia do crescimento da renda, que geralmente caracteriza o desenvolvimento econômico, diz respeito ao fato de que, uma vez iniciado, o desenvolvimento tende não só a gerar-se a si mesmo de forma necessária, mas também a encontrar dentro de suas próprias fronteiras, especialmente em seu mercado interno, seus próprios fatores dinâmicos (BRESSER-PEREIRA, 1968, p. 16).

As três características descritas acima advêm do fato de o capitalismo ser um sistema progressivo de mudanças, ou seja, sempre está em busca de melhorias dos seus indicadores. Entretanto, a crise é algo inerente ao sistema



capitalista, o que frequentemente interrompe o funcionamento dessas três características.

Concebido dessa forma restritiva, segundo a qual não só as transformações devem ser ao mesmo tempo econômicas, políticas e sociais, como também o resultado mais direto é o aumento do padrão de vida da população, e esse aumento é automático, autônomo e necessário, o conceito de desenvolvimento torna-se historicamente situado. Todas essas condições só se conjugam quando, em um determinado país ou região, as relações e as técnicas de produção adquirem cunho predominantemente capitalista ou socialista; quando o Governo da sociedade, a administração da produção e a própria convivência social deixam de ser regidos por critérios tradicionais e se enquadram no espírito do racionalismo; quando, finalmente, a riqueza social básica não é mais a terra, como é próprio dos sistemas tradicionais, ou mesmo as mercadorias, como acontece com o capitalismo comercial, e sim o capital investido em prédios e equipamentos destinados à produção, como acontece no socialismo e no capitalismo industrial (BRESSER-PEREIRA, 1968, p.17).

A partir disso, não tem sentido falar em desenvolvimento da Grécia antiga ou do Egito dos Faraós. Do mesmo modo, não se pode falar em desenvolvimento do Brasil na época do ciclo do ouro. Nesses momentos houve, com certeza, aumento da riqueza, mas o mesmo só beneficiou uma pequena elite. Às transformações sociais e políticas decorrentes não tiveram grande importância, sequer chegando a mudar a estrutura social ou o sistema de poder daquelas regiões. Além do mais, faltou a esses aumentos de riqueza caráter automático, autônomo e necessário. Não houve, portanto, desenvolvimento no sentido em que estamos usando, ou seja, no sentido moderno da palavra (BRESSER-PEREIRA, 1968).

O desenvolvimento de um país tem em geral um princípio bastante definido. Na medida em que é um processo historicamente situado, surge apenas no momento em que o sistema econômico em que ele ocorre torna-se predominantemente socialista ou capitalista. Em uma sociedade ainda basicamente tradicional pode ocorrer um processo de crescimento econômico que fornece as bases para o posterior desenvolvimento. Foi o que ocorreu no Brasil, a partir do meio do século XIX até 1930. O desenvolvimento, porém, só começa a ocorrer quando [...] os critérios racionais começam a superar os tradicionais, quando o capital passa a ter mais importância do que a terra, [...] quando a lei se impõe aos costumes, [...] quando a sociedade bivalente de senhores e servos, de aristocratas e plebeus, começa a dar lugar a uma sociedade plural, [...] quando a economia de base agrícola tradicional começa a dar lugar a uma economia industrial e moderna, quando a unidade de produção básica não é mais a família, mas a empresa, [...] quando o desenvolvimento econômico se torna o objetivo das sociedades, quando o reinvestimento se torna uma condição de sobrevivência para as empresas, quando, enfim, o padrão de vida começa a aumentar de forma automática, autônoma e necessária (BRESSER-PEREIRA, 1968, p. 18).

A partir da explicação acima abordada, Bresser-Pereira diferencia o desenvolvimento econômico dos dias de hoje do aumento de riqueza que acontecia antes do capitalismo se consolidar como sistema econômico. Para ele, o desenvolvimento econômico possui características específicas que só podem ocorrer quando certo país já passou pela revolução capitalista ou socialista.

Vasconcellos (2002) cita uma das teorias mais tradicionais a respeito dos estágios de desenvolvimento: a teoria de etapas de Rostow. Esta analisa a evolução histórica dos países desenvolvidos, detectando cinco estágios de desenvolvimento: sociedade tradicional, pré-requisitos para o arranco, arranco (*take off*), crescimento auto-sustentável e idade do consumo de massa.

O estágio da sociedade tradicional se caracteriza por ser predominantemente agrário, com baixa renda *per capita* e pouca tecnologia. Já na segunda etapa são criados os pré-requisitos para o arranco. Há uma melhoria no grau de qualificação da mão-de-obra e um aumento da taxa de acumulação de capital, em relação à taxa de crescimento demográfico. A produtividade agrícola aumenta, o que cria excedente de recursos para financiar a expansão industrial. Grandes investimentos em infra-estrutura são realizados (VASCONCELLOS, 2002).

O período crucial é o arranco. Nessa etapa, o processo de crescimento contínuo institucionaliza-se na sociedade. Esta etapa é definida com base nas seguintes mudanças. A taxa de investimento líquida eleva-se de 5% para mais de 10% da renda nacional; surgem novos segmentos industriais de rápido crescimento e emerge uma estrutura política social e institucional, que é bastante favorável ao crescimento sustentado. No estágio do crescimento auto-sustentável, a moderna tecnologia estende-se de setores líderes, que impulsionaram o arranco, para outros setores. A economia demonstra que tem habilidade tecnológica e empresarial para produzir qualquer coisa que decida (VASCONCELLOS, 2002).

Por fim, a economia atinge o quinto estágio: a idade do consumo de massa. Nessa fase, os setores líderes se voltam para a produção de bens de consumo duráveis de alta tecnologia e serviços. A renda ascende a níveis onde os principais objetivos de consumo da população não são mais alimentação básica e moradia, mas automóveis, computadores, etc. Além disso, a sociedade expressa um desejo de destinar recursos ao bem-estar e à seguridade social (VASCONCELLOS, 2002).

Para que haja desenvolvimento econômico a história ensina que é essencial que as instituições do estado nacional garantam, primeiramente, a ordem pública e a estabilidade política. Em segundo lugar, é preciso garantir o bom funcionamento do mercado e, em terceiro lugar, boas oportunidades de lucro que estimulem os empresários a investir e inovar. Se faz necessário, então, que o estado, na sua qualidade de instituição maior, seja forte, ou seja, tenha legitimidade e capacidade para formular políticas, cobrar impostos e impor a lei. É importante ressaltar que para o estado ser forte não é necessário que seja grande. Mas não poderá ser pequeno porque caso isso ocorra não terá os meios necessários para garantir essa legitimidade (BRESSER-PEREIRA, 2006).

Uma definição histórica do desenvolvimento econômico, ou seja, que busca generalizar a experiência histórica dele, é que:

o desenvolvimento econômico é o processo histórico de crescimento sustentado da renda ou do valor adicionado por habitante implicando a melhoria do padrão de vida da população de um determinado estado nacional, que resulta da sistemática acumulação de capital e de incorporação de conhecimento ou progresso técnico à produção. Nestes termos, o desenvolvimento econômico é um processo de transformação que implica mudanças nos três níveis ou instâncias de uma sociedade: estrutural, institucional ou cultural. É o aumento sustentado dos padrões de vida possibilitado pelo aumento da produtividade de determinadas atividades e/ou pela transferência da mão-de-obra dessas para outras atividades com maior valor adicionado per capita porque envolve maior conhecimento. É o aumento dos salários causado direta ou indiretamente por esse aumento da produtividade e essa concentração da população de um estado-nação nas atividades de maior valor adicionado. O quadro econômico-social em que esse processo histórico tem início é o da Revolução Capitalista; o quadro político é o da formação dos modernos estados-nação; o quadro ideológico é o do liberalismo e do nacionalismo; o quadro cultural é o da transição para a modernidade ou para o capitalismo enquanto sistema, além de econômico, cultural. (BRESSER-PEREIRA, 2006, p. 9)

No âmbito histórico, o desenvolvimento econômico é, então, um processo do próprio capitalismo e da formação dos estados nacionais. Os impérios da Antiguidade, como, por exemplo, o egípcio e o romano, foram prósperos e dominaram amplas porções do mundo por muitos séculos, mas nunca conheceram o que chamamos de desenvolvimento econômico. Este é um processo econômico que envolve conceitos como a taxa de lucro e de investimento produtivo, de trabalho assalariado e de consumo popular, de inovação e produtividade, que só fazem sentido a partir do capitalismo. (BRESSER-PEREIRA, 2006).

Com esta definição, o autor reforça que o desenvolvimento econômico só ocorre no capitalismo, sendo algo próprio e particular deste sistema econômico.

Ele também destaca o momento histórico em que o desenvolvimento econômico, da forma em que conhecemos hoje, passou a ocorrer.

Para que haja desenvolvimento é essencial que haja um processo de crescimento da renda por habitante, ou do produto agregado por habitante, ou da produtividade. Não existe desenvolvimento sem que a produção e a renda média cresçam. As críticas a esta medida são inúmeras, e não vou aqui repeti-las. Existem processos de crescimento da renda por habitante, especialmente em países produtores de petróleo, que não indicam real desenvolvimento. É verdade, por outro lado, que o desenvolvimento implica mudanças estruturais na economia e na sociedade os quais a renda por habitante não capta, mas estas transformações já estão implícitas na sua definição ligada à revolução capitalista. É preciso admitir, porém, que a renda por habitante continua sendo a melhor medida disponível de desenvolvimento, principalmente se os dados comparativos entre nações forem avaliados por uma cesta de mercadorias, ao invés de simplesmente pela taxa de câmbio de mercado. (BRESSER-PEREIRA, 2006, p. 9).

No parágrafo anterior, Bresser-Pereira (2006) cita um ponto bastante polêmico do desenvolvimento econômico que é este ser associado ao aumento da renda *per capita*. Para o autor, apesar das críticas a utilização da renda *per capita* como mensurador do desenvolvimento, ela continua sendo a melhor medida disponível para a sua mensuração.

Ao considerarmos o produto adicionado por habitante como medida do desenvolvimento econômico, torna-se claro que para a obtenção deste é necessário que ocorra além do aumento da produtividade dos trabalhadores produzindo os mesmos produtos, uma transferência de mão-de-obra da produção de bens e serviços com baixo valor adicionado para bens e serviços com alto valor adicionado por trabalhador. Por isso que no presente os países ricos defendem com enorme vigor sua propriedade intelectual, bens e serviços que exigem o trabalho de pessoal com elevado nível de educação que envolvem maior valor adicionado *per capita*, sendo, assim, compatíveis com níveis mais altos de desenvolvimento econômico (BRESSER-PEREIRA, 2006).

Bresser-Pereira (2006) explica a importância de um país ou nação defender a sua propriedade intelectual como forma de favorecer o desenvolvimento da sua localidade.

No processo de desenvolvimento econômico existe um objetivo claro por parte dos países, de suas elites e de seu governo: a melhoria no padrão de vida da população. O desenvolvimento econômico, portanto, é um processo histórico voltado para um objetivo claro. Um objetivo que não é meramente retórico, mesmo que, em cada país, a classe dominante e a média estejam mais preocupados com o seu padrão de vida do que com de toda população. Devido a isso, este objetivo não

significa uma distribuição de renda mais igual, pois a classe dominante tende a preocupar-se somente com a melhoria do seu padrão de vida, deixando de lado a melhoria do padrão de vida de toda a população. Essa corrente que inclui no conceito de desenvolvimento econômico a melhoria na distribuição de renda parte de uma definição normativa e não histórica (BRESSER-PEREIRA, 2006).

Uma outra perspectiva, relacionada à anterior, distingue desenvolvimento de crescimento. Schumpeter (1961 apud BRESSER-PEREIRA, 2006, p.12) usou essa distinção para destacar a ausência de lucro econômico no fluxo circular onde ocorreria, no máximo, crescimento e para mostrar a importância da inovação no processo de desenvolvimento. O crescimento seria o mero aumento da renda *per capita* enquanto que o desenvolvimento envolveria transformações sociais e políticas.

Para Bresser-Pereira (2006) isso não faz sentido do ponto de vista histórico. No caso de países com recursos naturais abundantes, pode ocorrer o crescimento da renda *per capita* sem que haja desenvolvimento, mas esta é uma situação histórica particular. Em situações normais, o aumento da renda por habitante, as mudanças tecnológicas e de divisão do trabalho que ocorrem com o aumento da produtividade são acompanhadas por mudanças no plano das instituições, da cultura e das próprias estruturas básicas da sociedade. Há uma interdependência entre as diversas instâncias sociais muito forte, de forma que nenhuma delas pode mudar sem que as outras também mudem. Por isso, faz pouco sentido distinguir crescimento de desenvolvimento, a não ser em situações muito particulares.

A partir dos conceitos e definições de desenvolvimento econômico explanados acima, o conceito a ser adotado na elaboração deste estudo será o de que desenvolvimento econômico é um processo de crescimento sustentado da renda que ocasiona a melhoria do padrão de vida da população (BRESSER-PEREIRA, 2006).

Este conceito foi adotado já que o resultado mais importante do desenvolvimento econômico, que é aceito universalmente pelas sociedades modernas, é o crescimento do padrão de vida da população (BRESSER-PEREIRA, 1968). Souza (2005) reforça este conceito de Bresser-Pereira (2006) ao afirmar que desenvolvimento econômico é o aumento contínuo dos níveis de vida, incluindo maior consumo de produtos e serviços. A definição de Sandroni (1999) de que

desenvolvimento econômico é o crescimento econômico acompanhado de uma melhoria no padrão de vida da população também corrobora para a adoção do conceito acima especificado. Gremaud, Vasconcellos e Toneto Júnior (2009) afirmam que quando se diz que um país é desenvolvido, o que se quer ressaltar é que as condições de vida da população daquele país são boas, ou seja, que o padrão de vida da população está em um nível de satisfatório ou acima dele. Isto também reforça o conceito a ser adotado neste estudo.

## 1.2 INDICADORES DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

A Organização das Nações Unidas (ONU) usa os seguintes indicadores para classificar os países segundo o grau de desenvolvimento: índice de mortalidade infantil, expectativa de vida, grau de dependência econômica externa, nível de industrialização, potencial científico, potencial tecnológico, grau de alfabetização e condições sanitárias (SANDRONI, 1999).

Conforme observado anteriormente, Souza (2005) afirma que o valor da renda *per capita* é insuficiente para refletir corretamente os diferenciais de desenvolvimento entre cidades, regiões ou países. Torna-se então necessário, considerar indicadores adicionais que possam refletir melhorias sociais e econômicas, como melhor atendimento médico e odontológico, nutrição melhor, educação mais qualificada, nível maior de segurança e melhor qualidade do meio ambiente. Determinados indicadores, como mortalidade infantil, número de matrículas escolares, igualdade dos sexos na educação e liberdades políticas apresentam uma correlação imperfeita com a renda *per capita*, significando que nem sempre maior nível de renda gera melhores índices de desenvolvimento.

Em um artigo publicado em 1996, Hirschman (1996 apud SOUZA, 2005, p. 3) cita alguns indicadores sociais, que determinam o grau de desenvolvimento. São eles vida média, taxa de mortalidade infantil, taxa de natalidade e a porcentagem da população que tem acesso a educação primária.

Souza (2005) cita, no decorrer do capítulo “Indicadores de Desenvolvimento Econômico”, outros indicadores. São eles: nível da educação em geral, taxa média de crescimento anual do PNB *per capita* e do PIB *per capita*, expectativa de vida ao nascer, analfabetismo entre adultos, gasto público com educação em porcentagem do PIB, acesso a saneamento básico, despesas com

saúde, taxa média de crescimento anual das exportações, taxa de crescimento anual do investimento interno bruto, consumo de eletricidade *per capita*, índice Gini e pedidos de patentes para residentes.

Segundo Campos (2014, p. 9):

O desenvolvimento socioeconômico de um país, região ou estado é, muitas vezes avaliado pela performance de sua economia. O agregado macroeconômico mais frequentemente citado, neste sentido, é o Produto Interno Bruto, ou PIB. Além de medir o tamanho da economia, o PIB *per capita* [...] pode ser usado para avaliar a renda média da população. Uma medida mais dinâmica do desenvolvimento econômico pode vir do crescimento do PIB ou do crescimento do PIB *per capita*, indicadores que avaliam a evolução da produção da economia e renda de seus habitantes. No entanto, esta é uma fotografia incompleta do desenvolvimento de uma sociedade, pois a performance não retrata adequadamente vários fatores essenciais para o desenvolvimento.

Devido a isto, frequentemente são avaliados aspectos relacionados à equidade e à justiça social. A desigualdade da renda, por exemplo, constitui uma forma de medição muito aplicada em estudos econômicos. O índice Gini é um dos indicadores de renda mais utilizados. Indicadores de desigualdade como o Gini e outros, como por exemplo, o índice Theil, são utilizados por instituições nacionais e internacionais nas suas metodologias de análise da pobreza. Além disso a porcentagem da população abaixo da linha de pobreza é parte integral da maioria das análises sobre o assunto (CAMPOS, 2014).

Apesar de as comparações internacionais mostrarem uma correlação negativa entre índices de equidade e o crescimento da renda *per capita*, existe atualmente um consenso entre os economistas das mais variadas correntes e organismos internacionais de que o crescimento econômico sustentável depende do desenvolvimento socioeconômico e equitativo. Por exemplo, a importância de fatores humanos não pode ser subestimada. Por sua vez, estes fatores humanos são em grande medida o resultado de condições mais amplas de qualidade de vida para a população (CAMPOS, 2014).

Para Campos (2014, p.10):

Além da complexidade das correlações entre diferentes fatores de desenvolvimento e equidade (crescimento, desigualdade, pobreza), alguns dos seus determinantes mais importantes nos níveis básicos (como educação, segurança pública e saneamento básico) são bens públicos, de modo que a carência destes itens não é solucionada simplesmente pelo aumento da renda das famílias. Em vista disto, alguns governos e instituições internacionais têm procurado observar o desenvolvimento socioeconômico no seu sentido mais amplo, de formas mais diretas – e não somente a partir de alguns correlatos próximos. Isto pode ser feito a partir de análises qualitativas aprofundadas, ou pode receber um tratamento mais

quantitativo, como através da elaboração de indicadores de desenvolvimento.

Um dos principais indicadores de desenvolvimento é o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), que permite a comparação entre sociedades com diferentes práticas estatísticas e características econômicas. Para estudos sobre desenvolvimento socioeconômico este indicador provê maior abrangência conceitual do que o PIB *per capita* (CAMPOS, 2014). Segundo Freire Junior (2010), o IDH foi criado pela ONU para servir como base empírica dos relatórios de desenvolvimento humano. O IDH é a média simples de três indicadores sintéticos parciais: IDH-Longevidade, IDH-Renda e o IDH-Educação.

Segundo Kayano e Caldas (2002, p. 5):

Antes da criação do IDH, o principal critério para avaliação de desenvolvimento era o Produto Interno Bruto (PIB) ou PIB per capita. Em termos normativos, o que era valorizado era a criação de riqueza, independente de seus fins. O IDH, por outro lado, não avalia o desenvolvimento por meio da obtenção da riqueza como finalidade, mas como meio que propicia a expansão das capacidades humanas.

Milone (1998 apud OLIVEIRA, 2002, p. 40) afirma que para que ocorra desenvolvimento econômico deve-se observar, ao longo do tempo, a existência de variação positiva de crescimento econômico, sendo este mensurado pelos indicadores de PIB, PIB *per capita*, renda e renda *per capita*, de redução dos níveis de pobreza, desemprego e desigualdade e melhoria dos níveis de saúde, nutrição, educação e moradia.

Outro índice específico para o Brasil é o Indicador de Desenvolvimento Socioeconômico (IDES), que foi desenvolvido pela FGV e tem como objetivo avaliar de maneira abrangente e estatisticamente consistente o desenvolvimento socioeconômico dos estados brasileiros. Esse índice se baseia nas seguintes variáveis: saneamento básico, saúde, educação, segurança pública, renda, emprego, desigualdade e pobreza (CAMPOS, 2014).

A partir dos vários indicadores citados acima, serão selecionados alguns deles para ser realizada a análise proposta neste estudo.



## 2 CONTEXTO HISTÓRICO-ECONÔMICO DO GOVERNO FHC

No final do século XX, assistiu-se a um complexo processo de rápidas transformações econômicas, sociais e políticas. Esse processo pode ser resumido na análise de três fenômenos, de dimensão mundial, que se juntam e se complementam na determinação do novo momento do capitalismo em escala planetária. O primeiro fenômeno é o do neoliberalismo, entendido em sua dupla dimensão enquanto ideologia e enquanto um conjunto de políticas econômico-sociais, adotadas por boa parte dos governos na época. Outro fenômeno é o da reestruturação produtiva, associada às novas tecnologias e às novas formas e métodos de gestão e organização do trabalho. Por fim, o terceiro fenômeno é o da globalização (FILGUEIRAS, 2000).

Desde o fim da década de 1970, quando ocorreu o segundo choque do petróleo e a elevação das taxas de juros americanas, a economia do Brasil passou por um processo de grande instabilidade, expressa em elevadas taxas de inflação e problemas de natureza cambial. Durante a década de 1980 e início dos anos 90, a política econômica dos sucessivos governos elegeu como prioridade, ora o enfretamento da questão cambial, ora o combate à inflação. Nesse período foram desenvolvidos e colocados em prática sete planos de estabilização: Cruzado I e II, Bresser, Verão, Collor I e II e, por fim, o Plano Real. Os quatro primeiros foram implementados num momento de extrema escassez de recursos financeiros nos mercados internacionais e os três últimos, inspirados de forma mais ou menos direta no Consenso de Washington, foram implementados num momento de retorno da liquidez nos mercados financeiros internacionais (FILGUEIRAS, 2000).

Na década de 90, um novo modelo de inserção da economia brasileira surgiu e junto dele uma nova política industrial, um programa de privatizações, aumento da vulnerabilidade externa e um debate acerca da viabilidade do modelo de inserção internacional da economia brasileira (LACERDA et. al., 2013).

A nova política industrial tinha como objetivo o aumento da eficiência na produção e na comercialização de bens e serviços, com base na reestruturação da indústria. As propostas dessa nova política industrial foram a redução progressiva dos níveis de proteção tarifária, reestruturação competitiva, fortalecimento de segmentos potencialmente competitivos e desenvolvimento de novos setores,

exposição da indústria à competição internacional e capacitação tecnológica da empresa nacional (LACERDA et. al., 2013).

A questão da privatização foi um dos aspectos mais polêmicos da década de 90. Discutia-se o que deveria e o que não deveria ser privatizado, as implicações do processo de privatização e as conseqüências que esta poderia acarretar para o país. Na década de 80, a privatização caracterizou-se como uma fase de reprivatização de empresas que haviam sido absorvidas pelo Estado. Com a criação do Programa Nacional de Desestatização (PND), em 1990, o processo de privatizações foi intensificado, tornando-se parte integrante das reformas econômicas do governo. As desestatizações tiveram início com a venda da siderúrgica Usiminas por 2,31 bilhões de dólares. De início, o PND concentrou esforços na venda de estatais produtivas (LACERDA et. al., 2013).

Um aspecto importante do panorama da economia brasileira dos anos 90, principalmente após o plano Real em 1994, é o crescente aumento da vulnerabilidade externa. Primeiro, pelo aumento do déficit em conta-corrente do balanço de pagamentos e segundo, pelo passivo externo acumulado. Isto torna a economia brasileira extremamente suscetível às alterações do cenário internacional, sendo que, qualquer alteração neste tende a afetar o fluxo de recursos destinados ao Brasil, dificultando o financiamento externo. Um fator crucial para o financiamento do déficit em conta-corrente brasileiro na segunda metade dos anos 90 foi o aumento significativo do fluxo de investimentos diretos estrangeiros. Outros fatores foram as privatizações, o *boom* das fusões e aquisições e a emergência do Mercosul (LACERDA et. al., 2013).

A viabilidade do modelo de inserção internacional da economia brasileira, no período de 1994 a 1998, estava sendo questionada, pois, embora houvesse o ingresso de grandes volumes de investimento, os juros eram elevados e o câmbio sobrevalorizado (LACERDA et. al., 2013).

No início dos anos 90, o Brasil havia intensificado o processo de abertura ao exterior, o fomento às privatizações, a renegociação da dívida externa e a desregulamentação do mercado. A estabilização era, no entanto, um desafio resistente às várias tentativas de eliminar a inflação. Em 1993 o Brasil estava muito próximo da hiperinflação. Foi então, no final deste ano, implementado um plano econômico de estabilização conhecido como Plano Real, cujo sucesso foi reduzir

uma inflação anual de 2.500% para menos de 10% em menos de um ano (LACERDA et. al., 2013).

O Plano Real faz parte de um conjunto de planos que utilizou a âncora cambial como mecanismo para estabilizar os preços. Sua matriz foi o plano de estabilização da república de Weimar, que foi concebido para combater a hiperinflação alemã de 1923-1924 (PIRES et. al., 2010).

O Plano Real foi concebido originalmente como um programa em três fases. A primeira fase tinha como função promover um ajuste fiscal para o estabelecimento do equilíbrio das contas do governo, procurando eliminar a principal causa da inflação brasileira. A segunda fase tinha o objetivo de criar um padrão estável de valor denominado Unidade Real de Valor (URV). Por fim, a terceira fase concedia poder liberatório à unidade de conta e definia as regras de emissão e lastreamento da nova moeda para garantir a sua estabilidade (VILLELA et. al., 2004).

Na segunda fase do plano Real a URV foi criada para ser utilizada para restaurar a função de unidade de conta da moeda, que havia sido destruída pela inflação, bem como referenciar preços e salários. O Banco Central emitia, diariamente, a cotação da URV. Assim, a URV serviu para o comércio determinar seus preços, determinar salários e efetuar contratos, independentemente das desvalorizações monetárias provocadas pela inflação. O pressuposto básico do Plano Real, nessa fase foi o da neutralidade distributiva, para evitar as distorções que haviam comprometido o êxito de outras políticas anti-inflacionárias (LACERDA et. al., 2013).

A última fase de implementação do plano Real foi a de criação da nova moeda. No dia 1º de julho de 1994, o governo extinguiu o Cruzeiro Real e determinou que a nova moeda seria a URV, passando a se chamar Real. Para manter o valor da nova moeda o governo alterou radicalmente os métodos empregados para definição da política monetária. Antes, o Conselho Monetário Nacional (CMN) autorizava as emissões monetárias, que, em seguida, deveriam ser homologadas pelo Congresso. A partir do Real, o Congresso deveria estabelecer regulamentos e diretrizes na forma de limites quantitativos rígidos para emissão de moeda. Adicionalmente, um teto máximo de câmbio foi introduzido: um real poderia equivaler a, no máximo, um dólar. (LACERDA et. al., 2013).

A brusca queda da inflação, após a implantação do plano Real, teve efeitos significativos sobre o poder de compra da população. O impacto do Real sobre o comércio foi significativo. No estado de São Paulo, o faturamento do comércio cresceu quase 18% em março de 1995 em relação a março de 1994. Logo após a introdução da nova moeda, os salários passaram a ser recebidos pelos trabalhadores em uma moeda com poder de compra relativamente constante. Embora as médias fossem iguais, um ganho adicional da renda real adveio da eliminação da incerteza associada a forte oscilação dos salários reais (LACERDA et. al., 2013).

Vários fatores explicam o aumento da demanda. Em primeiro lugar, o aumento do poder aquisitivo das classes de baixa renda, decorrente do fato de deixarem de pagar o chamado imposto inflacionário [...]. Assim, esse ganho real traduziu-se em pressão sobre a demanda. Em segundo lugar, a queda da inflação e sua estabilidade permitiram recompor os mecanismos de crédito na economia. Ao diminuir a incerteza quanto à inflação futura, os concedentes podiam prever uma taxa nominal de juros compensatória com razoável grau de certeza, e oferecer recursos com uma taxa nominal de juros fixa aos consumidores, isto é, prestações fixas (GREMAUD, VASCONCELLOS e TONETO JÚNIOR, 2009, p. 454).

Segundo Bresser-Pereira (2005) com o Plano Real configurou-se um novo quadro macroeconômico. Pode-se citar cinco características macroeconômicas que se configuraram após o Plano Real: baixa taxa de inflação; elevada taxa básica de juros (Selic); taxa de lucro esperada baixa, em níveis insatisfatórios para os empresários; taxa de câmbio valorizada e taxa real de salários praticamente estagnada.

A estabilidade obtida com o Plano Real não foi [...] obtida sem custos para o país. No plano financeiro, esse custo está associado ao endividamento externo e interno, em virtude da política de atração de capitais externos para ancorar a moeda nacional e do pagamento de juro dele decorrente. No plano econômico, está associado: às baixas taxas de crescimento da economia, provocadas pelos juros elevados, que inibiram os investimentos produtivos; à perda de competitividade da produção nacional e ao acúmulo de déficits externos devido à valorização da moeda nacional perante o dólar, provocada pelo afluxo de capitais atraídos pelos juros elevados; à concentração da renda nacional, em função, de um lado, do desemprego gerado pelo baixo crescimento econômico e, do outro, pela acumulação de riqueza financeira por parte dos detentores dos títulos da dívida pública, que eram lançados no mercado para subtrair o excesso de moeda em circulação decorrente da entrada dos capitais externos (PIRES et. al., 2010, p. 284).

Segue abaixo uma tabela com a evolução de alguns dos principais indicadores macroeconômicos durante o governo FHC.

**Tabela 1 – Governo FHC: Indicadores Macroeconômicos (%)**

Ano	PIB	IGP-DI	Investimento (FBCF)	Desemprego		Superávit Primário	Déficit Nominal
				Grande SP (DIEESE)			
1994	5,3	1093,9	20,8	14,3		5,2	27
1995	4,4	14,9	20,5	13,2		0,3	7,3
1996	2,2	9,3	19,3	14,9		-0,1	5,9
1997	3,4	7,5	19,9	15,7		-1	6,1
1998	0,1	1,7	19,7	18,2		0	7,5
1999	0,2	20	18,9	19,3		3,2	5,8
2000	4,3	9,8	19,3	17,7		3,5	3,6
2001	1,3	10,4	19,5	17,5		3,6	3,6
2002	2,7	26,4	18,3	19		3,9	4,6

Fonte: Lacerda et. al. (2013). Elaboração do autor.

O primeiro governo FHC foi dominado pelo tema da estabilização, devido a memória dos planos fracassados anteriormente. O governo FHC iniciou-se sob intensa pressão, principalmente por quatro razões. A primeira é que a economia, no início de 1995, se encontrava em processo de superaquecimento, o que relembra o fantasma do Plano Cruzado. A segunda razão é que estava em curso a crise do México, o que levou os economistas a questionarem os regimes de câmbio rígido. A terceira razão é que as reservas internacionais do Brasil estavam caindo. Por fim, a inflação mantinha certa resistência à queda, já que a variação dos preços medida pelo INPC entre os meses de julho de 1994 a junho de 1995 foi de 33% (VILLELA et. al., 2004).

Em março de 1995 o governo reagiu com um conjunto de medidas, sendo as duas principais uma desvalorização controlada do câmbio, da ordem de 6% e um aumento da taxa de juros nominal. Isso atraiu os investidores e as reservas internacionais fecharam 1995 em US\$52 bilhões. Ao mesmo tempo, a inflação começou a ceder e daí em diante a taxa anual caiu ao longo de quatro anos consecutivos. Em contrapartida, o PIB dessazonalizado diminuiu de 3% entre o primeiro e o terceiro trimestre de 1995 (VILLELA et. al., 2004).

O Plano Real foi muito bem-sucedido no controle da inflação, com exceção ao período citado em um dos parágrafos anteriores, as taxas de variação anual dos preços caíram continuamente entre 1995 e 1998. O problema é que, paralelamente a esse êxito, havia duas questões que estavam se agravando: o desequilíbrio externo crescente e uma série crise fiscal (VILLELA et. al., 2004).

No que diz respeito ao desequilíbrio externo, a sua causa era o grande aumento das importações após o Plano Real combinado com um desempenho nada bom das exportações. Além da piora da conta corrente associada ao comportamento da Balança Comercial, o financiamento do próprio déficit em conta corrente a partir de 1995 gerou um efeito de realimentação dos desequilíbrios. Como o déficit era financiado com novo endividamento externo e com a entrada de capitais na forma de investimento direto estrangeiro, a acumulação de estoques de passivos externos implicava pagamentos crescentes de juros e de lucros e dividendos. Esses fenômenos eram conseqüência da forte apreciação cambial que tinha se verificado com o Plano Real. Com relação à crise fiscal ela foi caracterizada pelos seguintes fatos: um déficit primário do setor público consolidado, um déficit público nominal de nada menos que 7% do PIB (na média de 1995-1998) e uma dívida pública crescente (VILLELA et. al., 2004).

Sempre que ocorria alguma perturbação que colocasse em risco o financiamento dos déficits em transações correntes, alterava-se a taxa de juros. Essa dinâmica, combinada com o volume de dívida pública, determinou elevados gastos com juros e pressões crescentes do lado fiscal. Esse quadro aumentou as dúvidas sobre a capacidade de pagamento do governo, sendo a desconfiança ampliada pela sucessão de pacotes fiscais não cumpridos, o que deteriorava as condições de financiamento. Em relação à questão fiscal, o fraco desempenho no período não decorreu somente dos elevados encargos financeiros, mas da significativa piora do saldo primário do governo (GREMAUD, VASCONCELLOS e TONETO JÚNIOR, 2009).

Segundo (VILLELA et. al., 2004, p. 175):

Entre 1995 e 1998, houve um progressivo desgaste da âncora cambial como instrumento básico da política econômica. Embora essa âncora tivesse sido funcional em um primeiro momento no combate à inflação, com o passar dos anos os problemas dela decorrentes começaram a se mostrar crescentemente onerosos. Por um lado, porque a deterioração da conta corrente estava gerando um aumento acelerado dos passivos externos do país. E, por outro, porque a necessidade de compensar esse déficit externo mediante a entrada de capitais que se sentissem atraídos pelas elevadas taxas de juros oferecidas no mercado passou a gerar uma despesa financeira significativa. [...] A política econômica baseada na combinação de déficits em conta corrente e de taxas de juros reais elevadas poderia ser sustentada enquanto houvesse espaço para a ampliação do endividamento, tanto externo como público. Entretanto, com o passar do tempo – diante das crises que sacudiram os mercados internacionais no primeiro governo FHC – esse espaço foi progressivamente se fechando e praticamente deixou de existir no decorrer do segundo semestre de 1998, quando o resto do mundo

deixou de financiar o Brasil e a rolagem da dívida interna passou a ser feita a taxas de juros proibitivas.

Entre o final de 1994 e o ano de 1998, o mercado financeiro internacional foi sacudido por três crises importantes. A primeira foi a do México, que eclodiu no final de 1994 e afetou fortemente os mercados emergentes no primeiro semestre de 1995. A segunda foi a dos chamados Tigres Asiáticos em 1997. E a terceira foi a da Rússia, em 1998. Em todas elas, o Brasil foi seriamente afetado pela redução dos empréstimos aos países ditos emergentes. Depois de três ataques especulativos contra o Real (em 1995, 1997 e 1998), no último deles a alta da taxa de juros não mais se mostrava suficiente para debelar o problema, além de agravar seriamente a situação fiscal (VILLELA et. al., 2004). Dessa forma, o primeiro mandato de FHC terminava em meio a um processo de crise cambial, ocasionado por profundos desequilíbrios gerados nesse período com a deterioração das contas externas e da situação fiscal. Foi nesse contexto de crise que FHC iniciou o seu segundo mandato presidencial, em janeiro de 1999 (GREMAUD, VASCONCELLOS e TONETO JÚNIOR, 2009).

Apesar da estabilização, uma série de desequilíbrios foram se formando na economia ao longo do primeiro mandato de FHC, destacando-se o déficit fiscal e o déficit externo. A manutenção do câmbio sobrevalorizado no período significou a ampliação do endividamento externo, um aumento significativo da dívida pública e o retardamento do crescimento. No primeiro momento, essa opção se justificava pelo trauma inflacionário, mas o que dizer quando da crise asiática ou da crise russa? A grande perda de reservas verificada principalmente nesta última, o quadro recessivo, a elevada taxa de desemprego, a deterioração do saldo em conta-corrente, a elevação da razão dívida pública/PIB, enfim, todos os fatores já poderiam justificar a mudança cambial em meados de 1998 (GREMAUD, VASCONCELLOS e TONETO JÚNIOR, 2009, p. 469).

Diante das circunstâncias ocorridas no final de 1998, o governo ficou sem opção, e a desvalorização cambial, em meados de janeiro de 1999, se tornou inevitável. Assim, o governo deixou o câmbio flutuar, e este, que antes da desvalorização estava em torno de R\$1,20, escalou rapidamente para mais de R\$2,00 em menos de 45 dias. (VILLELA et. al., 2004).

A experiência observada em todos os países que passaram por problemas cambiais mostrou algumas das seguintes conseqüências: aceleração inflacionária, crise financeira, profunda recessão, enfim crises econômicas. Entretanto, no Brasil, não se verificou uma crise profunda. O desempenho da economia brasileira em 1999 pode ser considerado bastante satisfatório, tendo em vista a magnitude da mudança cambial ocorrida (GREMAUD, VASCONCELLOS e TONETO JÚNIOR, 2009, p. 473).

Para evitar que a pressão cambial se transformasse em processo inflacionário, o Comitê de Política Monetária (Copom), criado no início da gestão de

Armínio Fraga como presidente do Banco Central (1999-2002), adotou-se uma política monetária bastante restritiva, estipulando-se uma taxa de juros de 45% a.a. em março (GREMAUD, VASCONCELLOS e TONETO JÚNIOR, 2009).

Com a adoção do sistema de câmbio flutuante e a consequente perda da âncora cambial, o Banco Central passou a adotar o sistema de Metas de Inflação como regra para a política monetária. Neste sistema a função básica do Banco Central é o cumprimento da meta estipulada pelo Copom, utilizando-se da taxa de juro, que, por meio, de seus impactos sobre a demanda, influencia a inflação. No regime de metas inflacionárias, o compromisso do Banco Central passa a ser com o nível da inflação, deixando de ser a defesa de um dado crescimento ou de uma dada taxa de câmbio (GREMAUD, VASCONCELLOS e TONETO JÚNIOR, 2009).

Complementando o arcabouço da política macroeconômica no segundo mandato de FHC, tem-se a mudança do desempenho fiscal, como terceiro elemento central da política macroeconômica. Em relação às finanças públicas, deve-se destacar a profunda reversão do saldo primário do governo, que passou a apresentar, a partir de 1999, superávits primários expressivos, conforme acordado com o FMI. No novo contexto macroeconômico, a existência de superávits primários seria necessária para permitir a absorção de choques na economia, liberar a taxa de juros para ser usada para fins de política monetária (controle da inflação) e permitir a estabilização/redução da dívida pública ao longo do tempo, diminuindo o risco país, a volatilidade cambial e a taxa de juros de longo prazo (GREMAUD, VASCONCELLOS e TONETO JÚNIOR, 2009, p. 478).

O bom desempenho fiscal a partir de 1999 teve algumas causas. Uma delas é que houve uma pequena redução nos gastos com juros, já que o Banco Central pôde ir reduzindo a taxa de juros. Outra causa, e talvez a principal delas, foi o aumento significativo da arrecadação. Pode-se destacar também, como causas da melhora fiscal, algumas mudanças estruturais em relação ao controle e comportamento das despesas. As principais mudanças foram a aprovação da Lei de Responsabilidade Fiscal em 2000, a Reforma Previdenciária de 1998, a renegociação das dívidas estaduais e a reorganização do sistema de bancos estaduais (GREMAUD, VASCONCELLOS e TONETO JÚNIOR, 2009).

Apesar deste desempenho fiscal, centrado no aumento das receitas, a dívida pública, após uma estabilização nos anos de 1999 e 2000, voltou a crescer a partir de 2001, o que está fortemente relacionado à composição dessa dívida, com forte presença de títulos indexados ao câmbio, e outra parcela com títulos atrelados à SELIC (GREMAUD, VASCONCELLOS e TONETO JÚNIOR, 2009, p. 481).

Outro aspecto a ser analisado é o desempenho do setor externo. Verifica-se, a partir de 1999, uma melhora das contas externas. O déficit em transações correntes teve uma redução da ordem de 27%, a balança comercial



apresentou uma queda no déficit da ordem de US\$ 5,4 bilhões e houve uma redução do déficit do balanço de serviços não fatores, com destaque para a queda das despesas com viagens e transportes (GREMAUD, VASCONCELLOS e TONETO JÚNIOR, 2009).

A partir do começo de 1999, o país iniciou um processo de retomada do crescimento que só viria a ser abortado pela combinação de crises de 2001, que diminuiu a entrada de capitais e abalou fortemente os mercados mundiais, comprometendo o desempenho médio da economia no segundo governo FHC (VILLELA et. al., 2004). A média de crescimento no segundo mandato de FHC foi de 2,1% a.a., o que representou baixas taxas de crescimento no período.

Para o ano de 1999, as expectativas de crescimento não eram favoráveis, já que se esperava uma forte contração da atividade econômica. O surpreendente foi que elas não se verificaram e o PIB apresentou um crescimento de 0,79% nesse ano. Isso pode ser explicado por alguns pontos. O primeiro refere-se ao fraco desempenho da economia brasileira em 1998. Outro ponto é que a maior competitividade propiciada pela mudança cambial ocasionou o início da substituição de importações em alguns segmentos. Por fim, outro ponto foi a queda mais rápida da taxa de juros (GREMAUD, VASCONCELLOS e TONETO JÚNIOR, 2009).

Este quadro permitiria prever que o país, sem a trava cambial, poderia ter encontrado o caminho do crescimento possibilitado pelo tripé de consistência macroeconômica: metas de inflação, câmbio flutuante e superávit primário. Sem a valorização cambial, podiam ser esperadas melhoras no saldo comercial, como se verificou. A redução da taxa de juros, possibilitada por um melhor desempenho fiscal e sem risco cambial, induziria a retomada do investimento e o crescimento do emprego e da renda levariam à retomada do consumo (GREMAUD, VASCONCELLOS e TONETO JÚNIOR, 2009, p. 485).

No ano de 2000, caminhou-se neste sentido e o país apresentou a maior taxa de crescimento econômico no segundo mandato de FHC (4,36% a.a.). Neste ano o crescimento foi impulsionado por todos os componentes de demanda: as exportações apresentaram elevado crescimento, os investimentos cresceram de forma significativa e o consumo acompanhou o crescimento econômico. Com isto, esperava-se que a partir daí o país retomaria o crescimento econômico (GREMAUD, VASCONCELLOS e TONETO JÚNIOR, 2009).

Entretanto, no ano de 2001, verificou-se uma grande queda na taxa de crescimento (1,3% a.a.). Duas causas explicam esta piora no desempenho econômico: choque externo, que gerou muita pressão cambial em função do ataque

ao World Trade Center e da crise da Argentina, e a crise energética, que culminou com o racionamento de energia no país (GREMAUD, VASCONCELLOS e TONETO JÚNIOR, 2009).

A crise Argentina ocasionou uma grande saída de capitais do país, gerando forte desvalorização cambial. Já esta ocasionou pressões inflacionárias, fazendo com que o Banco Central elevasse a taxa de juros, e, conseqüentemente, os investimentos se retraíram. O choque energético também significou pressões de custos e inflacionárias. Com este quadro, abortou-se a promessa de crescimento e a dívida pública se elevou em 2001, apesar do superávit primário gerado. Assim o Brasil caminhou para o último ano de mandato do presidente Fernando Henrique: pressões inflacionárias, baixa taxa de crescimento econômico, taxa de desemprego em elevação e dívida pública crescendo (GREMAUD, VASCONCELLOS e TONETO JÚNIOR, 2009).

No ano de 2002, o Brasil entrou em uma situação econômica chamada de dominância fiscal (GREMAUD, VASCONCELLOS e TONETO JÚNIOR, 2009, p. 488):

As pressões cambiais geravam pressões inflacionárias, que foram acompanhadas por elevações nas taxas de juros e maior elevação da dívida pública, dado o perfil da dívida. Isso, por sua vez, elevava o risco-país, geravam-se maiores pressões cambiais e inflacionárias. Configurou-se uma situação em que a elevação da taxa de juros para combater a inflação gerava o seu oposto, ou seja, novas pressões inflacionárias.

Nesse contexto de grande instabilidade, no ano de 2002 o investimento se retraiu ainda mais e o crescimento econômico se manteve extremamente baixo, sendo o único efeito positivo a forte elevação do superávit comercial, devido à desvalorização real da taxa de câmbio (GREMAUD, VASCONCELLOS e TONETO JÚNIOR, 2009).

Sintetizando: o balanço do período de 1999 a 2002 é ambíguo. De um lado, o crescimento permaneceu baixo e o país continuou amargando taxas de juros reais elevadas; de outro, houve melhora sistemática da balança comercial e do resultado em conta corrente e o país fez um ajuste fiscal, havendo uma melhora do resultado primário, entre 1998 e 2002, de quase 4% do PIB (VILLELA et. al., 2004).

### 3 METODOLOGIA

O método de abordagem a ser utilizado nesta pesquisa é o dedutivo, já que a partir das teorias de desenvolvimento econômico que foram examinadas e da evolução dos indicadores econômicos no período de 1995 a 2002, foram feitas conclusões sobre o desenvolvimento econômico brasileiro no período. Ou seja, a partir de uma teoria geral foram tiradas conclusões de um período e um local em particular.

Já o método de procedimento utilizado nesta pesquisa foi o histórico, pois se analisou um período que já passou (o governo FHC).

A técnica de pesquisa empregada nesta pesquisa é a documentação indireta. Segundo Marconi e Lakatos (2008) o levantamento de dados, ou seja, a documentação indireta é feita de duas maneiras: pesquisa documental e pesquisa bibliográfica.

A característica da pesquisa documental é que a fonte de coleta de dados se restringe a documentos, escritos ou não, constituindo o que se denomina dados secundários. As fontes de documentos utilizadas nessa pesquisa serão as estatísticas, pois serão coletados dados de característica da população como a renda, de fatores que influem no tamanho da população como a taxa de mortalidade infantil, de fatores educacionais como a taxa de escolarização, de fatores econômicos como o desemprego e o saldo da balança comercial e de moradia como acesso à água tratada (MARCONI; LAKATOS, 2008). Alguns dos indicadores que foram utilizados na pesquisa são: PIB per capita, renda per capita, Índice Gini, proporção de domicílios pobres, taxa de mortalidade infantil, número médio de anos de escolarização, esperança de vida ao nascer, taxa de analfabetismo, taxa de desemprego, dentre outros.

A pesquisa bibliográfica, que é feita a partir de fontes secundárias, abrange parcela da bibliografia já tornada pública em relação ao tema de estudo, envolvendo, principalmente, livros, pesquisas e artigos. Sua finalidade é colocar o pesquisador em contato direto com tudo o que foi escrito, dito ou filmado sobre determinado assunto (MARCONI; LAKATOS, 2008). Para Manzo (1971 apud MARCONI; LAKATOS, 2008, p. 57) a bibliografia pertinente oferece meios para definir, resolver, não somente problemas já conhecidos, como também explorar novas áreas onde os problemas não se cristalizaram suficientemente. Dessa forma,

a pesquisa bibliográfica não é simples repetição do que já foi escrito ou dito sobre certo assunto, mas propicia o exame de um tema sob novo enfoque ou sob nova abordagem, podendo chegar a conclusões inovadoras (MARCONI; LAKATOS, 2008).

O tipo de fonte bibliográfica que será utilizada nesta pesquisa é a de publicações, pois foram utilizados livros, publicações avulsas e pesquisas para compor a pesquisa bibliográfica.

## 4 ANÁLISE DE DADOS

Neste capítulo, são analisados os dados sobre o desenvolvimento econômico brasileiro no decorrer dos dois mandatos de FHC, ou seja, de 1995 a 2002.

Primeiramente será analisada a evolução do PIB, bem como do PIB *per capita* no período.

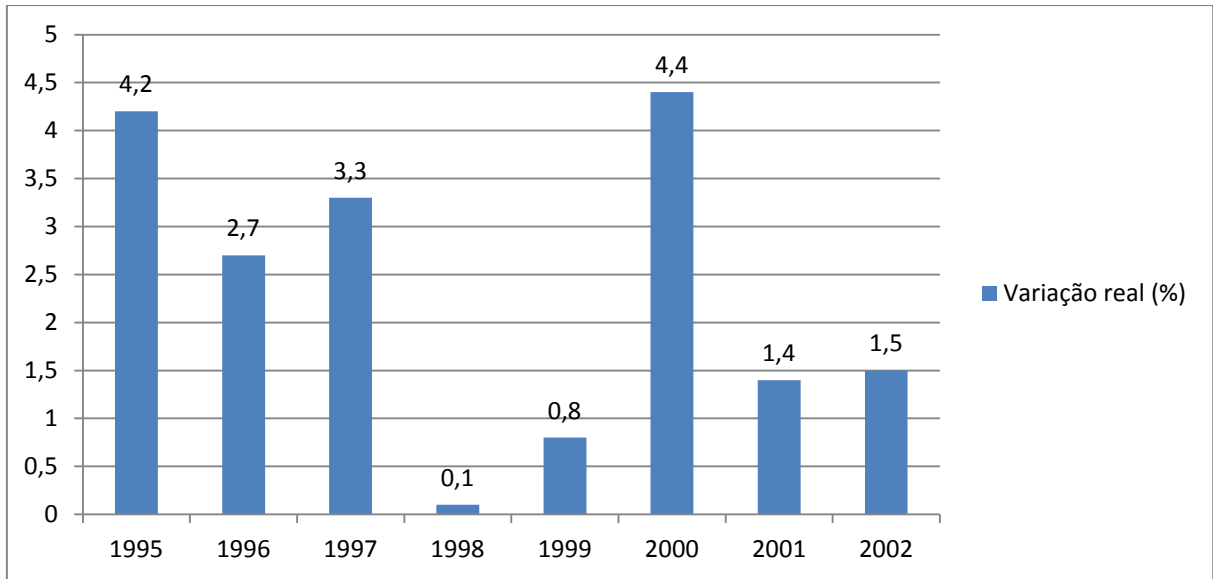
**Tabela 2 – PIB e PIB *per capita***

Ano	PIB (em milhões de reais de 2002)	Variação real (%)	População (milhões)	PIB <i>per capita</i> (em reais de 2002)	Variação real (%)
1994	1.102.960	-	156,8	7.034	-
1995	1.149.546	4,2	159	7.230	2,8
1996	1.180.108	2,7	161,2	7.321	1,2
1997	1.218.714	3,3	163,5	7.454	1,9
1998	1.220.322	0,1	165,7	7.365	-1,2
1999	1.229.907	0,8	167,9	7.325	-0,5
2000	1.283.539	4,4	170,1	7.546	3
2001	1.301.705	1,4	172,4	7.550	0,1
2002	1.321.490	1,5	174,6	7.569	0,2

Fonte: IBGE. Elaboração do autor.

Na tabela acima, observa-se que o PIB do Brasil, no período de 1994 a 2002, obteve um crescimento de 19,81%, que é considerado baixo, devido ao potencial que o Brasil representa para a sua população e para o mundo. O crescimento médio do Brasil durante o governo FHC ficou em 2,3%, já o crescimento mundial no mesmo período, segundo o FMI, foi de 3,4%. Esse dado comprova que o crescimento do PIB durante o governo FHC foi baixo, pois o mesmo foi inferior ao crescimento mundial. Já a população brasileira cresceu 11,35% no período, o que também reforça que o crescimento do PIB no período foi baixo, já que só foi um pouco superior ao da população. Devido a isso, o aumento do PIB *per capita* no período foi de apenas 7,61%, índice considerado muito baixo para um período de 8 anos.

Agora será apresentado graficamente o crescimento do PIB e do PIB *per capita* ano a ano, no período do governo FHC.

**Figura 1 – Gráfico da variação do PIB**

Fonte: IBGE. Elaboração do autor.

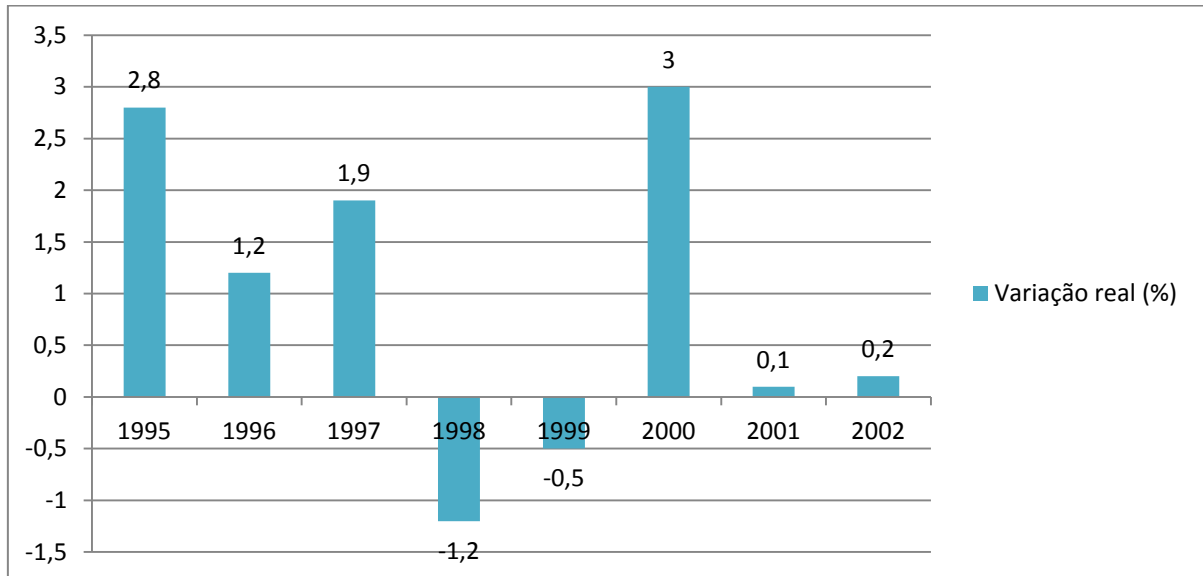
No gráfico acima, pode-se observar que os anos de crescimento mais significativos foram os três após a implantação do plano Real e o ano de 2000. A estabilização obtida pelo plano Real gerou um aumento do consumo, já que o trabalhador podia ter um planejamento maior das suas finanças e uma noção maior do poder de compra de sua renda. Com isso, principalmente em 1995, o PIB cresceu a taxas médias e a economia brasileira, por três anos consecutivos, cresceu modestamente.

Já em 2000, o ano de maior crescimento do PIB no governo FHC, a taxa de crescimento de 4,4% é creditada as exportações, já que após a flutuação do câmbio em 1999 o real se desvalorizou e, após um período de adaptação ao novo cenário e de recuperação do mercado externo em 1999, o PIB pôde deslançar em 2000, devido principalmente ao aumento das exportações. Já nos anos de 1998, 1999, 2001 e 2002 o crescimento do PIB brasileiro foi baixo, devido às crises enfrentadas nesses anos.

A partir da análise do gráfico acima, pode-se afirmar que no período do governo FHC não houve constância do crescimento econômico, já que quando se acreditava que o país iria acelerar o seu crescimento, ocorria algo que quebrava essa expectativa e desacelerava o crescimento. O Plano Real, então, conseguiu reduzir a inflação e estabilizar a economia brasileira, mas não trouxe consigo o crescimento sustentado do PIB. Assim, o governo FHC, em termos de crescimento econômico sustentado, que é um dos componentes do desenvolvimento econômico,

não obteve bons resultados devido à inconstância do crescimento e as taxas modestas apresentadas (média de 2,3%).

**Figura 2 – Gráfico da variação do PIB *per capita***



Fonte: IBGE. Elaboração do autor.

O gráfico acima apresenta a variação percentual do PIB *per capita*. O comportamento deste gráfico é semelhante ao do crescimento do PIB, ou seja, os anos de 1995, 1996, 1997 e 2000 apresentaram os melhores resultados para o período e os anos de 1998, 1999, 2001 e 2002 os piores. Entretanto, a variação do PIB *per capita* foi, em todos os anos, menor do que a do PIB, chegando até haver redução do PIB *per capita* brasileiro nos anos de 1998 e 1999. Isso significa que a população brasileira cresceu em todos os anos do período, ocorrendo que em 1998 e 1999 ela cresceu mais que o PIB.

Com relação ao PIB *per capita*, o governo FHC também não obteve êxito, já que o mesmo cresceu a taxas muito baixas (média de 0,94%), até decrescendo em alguns anos, conforme citado anteriormente. Dessa forma, a renda média do Brasil no período, obteve baixo crescimento.

**Tabela 3 – PIB sob ótica da demanda – participação relativa (%)**

Ano	Gasto total com consumo	Gasto doméstico com consumo	Gasto do Governo com Consumo	Formação Bruta de Capital Fixo	Mudança nos dados	Exportações de bens e serviços	Importação de bens e serviços
1994	80	61	19	19	-1	9	8
1995	83	62	21	18	0	7	9
1996	85	65	20	17	0	7	8
1997	85	65	20	17	0	7	9
1998	85	64	21	17	0	7	9
1999	85	65	20	16	1	9	11
2000	84	64	19	17	1	10	12
2001	83	63	20	17	1	12	13
2002	82	62	21	16	0	14	13

Fonte: ONU. Elaboração do autor.

Observa-se no quadro acima que entre os anos de 1994 a 2002 houve pouca alteração da participação relativa de cada componente da demanda dentro do PIB.

Com relação aos três indicadores de gastos com consumo (total, doméstico e do governo) todos os três aumentaram ligeiramente a sua representatividade em relação ao PIB no período analisado. Isso significa que o Brasil passou a gastar mais sua renda com consumo, o que foi um fator negativo para o desenvolvimento econômico brasileiro no período, já que apesar desse aumento ter sido pouco, o gasto com consumo em relação ao PIB é muito alto se comparado a outros países.

No que diz respeito a participação do investimento, ou seja, a formação bruta de capital fixo no PIB houve uma pequena redução, já que em 1994 a participação era de 19% e em 2002 passou para 16%. Se levarmos em conta a infraestrutura deficitária que até hoje persiste neste país e compararmos este percentual com países desenvolvidos ou até mesmo com outros países do BRICS, perceberemos o quão baixo está este percentual de participação relativa do investimento, o que dificultou o desenvolvimento econômico do período.

Olhando agora para a participação relativa das exportações e importações no PIB, percebe-se que houve um aumento no período. As exportações em 1994 representavam 9% do PIB. De 1995 a 1998 esse percentual reduziu-se para 7%, o que pode ser explicado pelo real super valorizado no período, devido à âncora cambial utilizada para estabilizar os preços. De 1999 em diante, houve um



movimento ascendente da participação das exportações no PIB, encerrando 2002 em 14%. Já as importações em 1994 representavam 8% do PIB, passando para 13% em 2002. Esse aumento da participação das exportações e importações no PIB pode ter ocorrido devido à abertura comercial realizada no início da década de 90, que intensificou as relações de troca do Brasil com outros países.

**Tabela 4 – PIB sob ótica da demanda – taxa anual de crescimento (%)**

Ano	Gasto total com consumo	Gasto doméstico com consumo	Gasto do Governo com Consumo	Formação Bruta de Capital Fixo	Exportações de bens e serviços	Importação de bens e serviços
1994	5,3	7,4	0,3	14,3	4	20,3
1995	6,6	8,6	1,3	7,3	-2	30,7
1996	1,9	3,2	-1,8	1,5	-0,04	5,6
1997	2,6	3	1,2	8,7	11	14,6
1998	0,3	-0,7	3,2	-0,3	4,9	-0,01
1999	0,7	0,4	1,7	-8,2	5,7	-15,1
2000	2,9	4	-0,2	5	12,9	10,8
2001	1,2	0,7	2,7	0,4	10	1,5
2002	2,7	1,9	4,7	-5,2	7,4	-11,8
Média	2,69	3,17	1,46	2,61	5,98	6,29

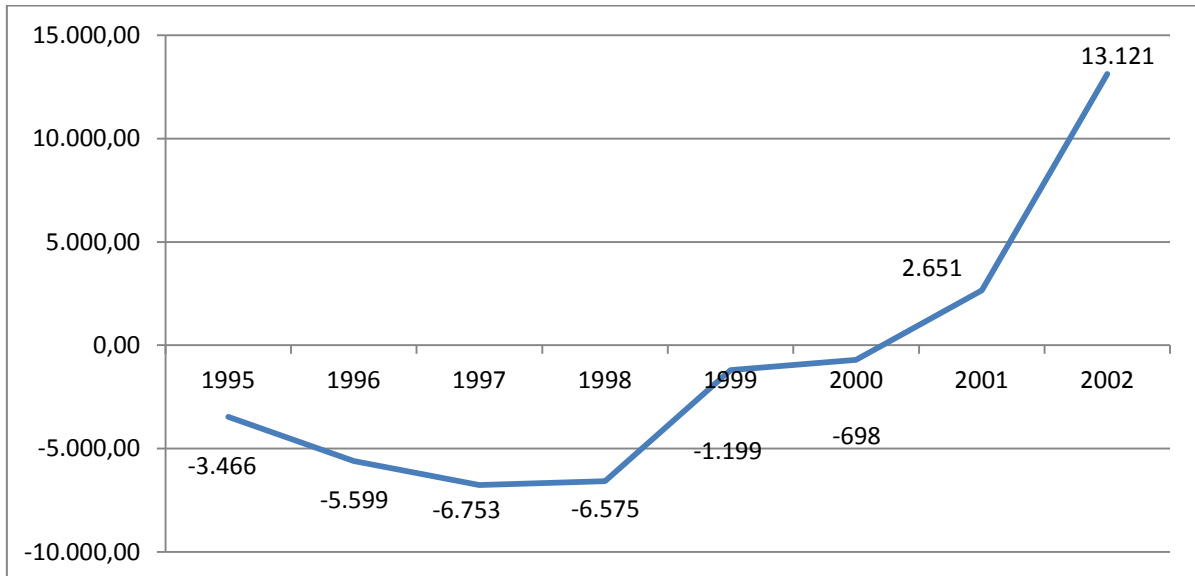
Fonte: ONU. Elaboração do autor.

Pode-se destacar no quadro acima o aumento expressivo do gasto doméstico com consumo no início do Plano Real. Com isso, pode-se comprovar que realmente a estabilização obtida com o Plano Real gerou um aumento no consumo. Outro dado interessante é o aumento significativo da formação bruta de capital fixo no início do Plano Real, ou seja, de 1994 a 1997. Uma das causas para esse aumento é que houve um estímulo à renovação do maquinário das indústrias brasileiras concedido pelo Real valorizado em relação ao dólar. Por fim, é importante destacar o grande crescimento das importações no início do Plano Real, devido à valorização do Real, e, posteriormente, com a desvalorização do câmbio, o significativo crescimento das exportações.

Com relação às médias de crescimento de cada item, a de gasto doméstico com consumo (3,17%) foi maior que a de formação bruta de capital fixo (2,61%) e a de gasto total com consumo (2,69%) ficou bem próxima desta. Isso significa que, no período, o investimento cresceu abaixo do consumo e isto

prejudicou o desenvolvimento do país, já que o principal motor do mesmo é o investimento e não o consumo.

**Figura 3 – Gráfico do saldo da balança comercial (em milhões de US\$)**

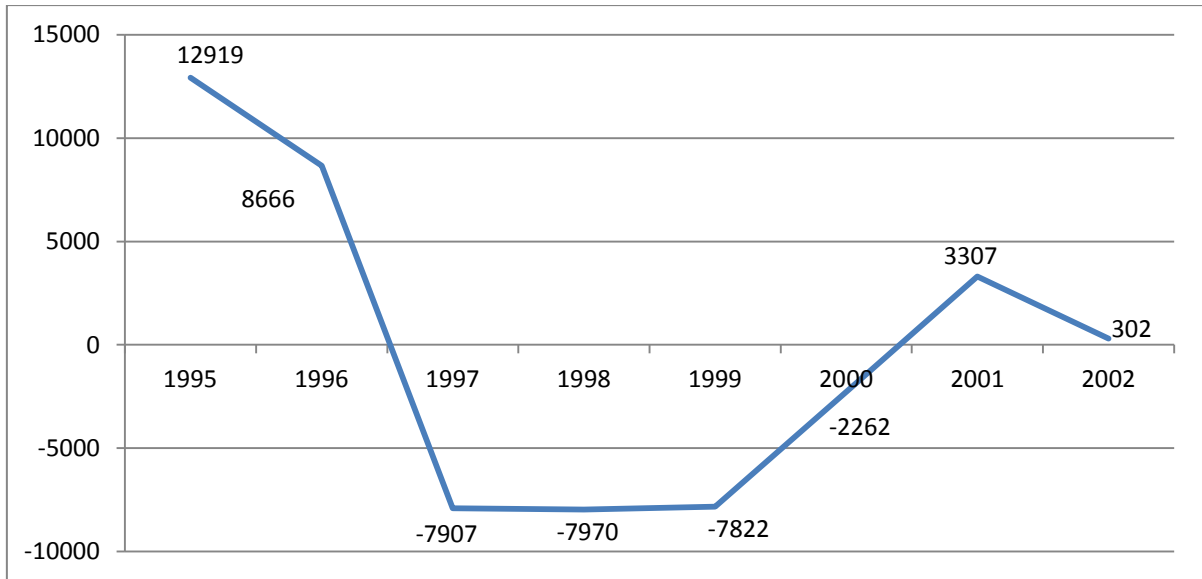


Fonte: Banco Central. Elaboração do autor.

Observa-se no gráfico acima que na maioria do governo FHC a balança comercial brasileira foi deficitária. Em 1995, o déficit foi de aproximadamente 3,5 bilhões de dólares, atingindo o fundo do poço em 1997, com um déficit de 6,8 bilhões de dólares. Em 1998, o déficit permaneceu praticamente o mesmo (6,6 bilhões de dólares). O principal motivo dessa situação no primeiro mandato de FHC foi âncora cambial para estabilizar a inflação, que praticamente fixou o câmbio no período. Com a flutuação do câmbio a partir de 1999, o saldo da balança comercial melhorou significativamente, tornando-se superavitária em 2001 (2,7 bilhões de dólares) e encerrando 2002 com um alto superávit de 13,1 bilhões de dólares. Em termos de desenvolvimento econômico, o recomendável para qualquer país é a obtenção de superávits na balança comercial para redução da dependência externa. Isto propicia uma estabilidade maior para o país, que é um pré-requisito base para o país focar na solução de seus problemas internos e, conseqüentemente, melhorar o padrão de vida da população.

Considerando os resultados do governo FHC no que diz respeito à balança comercial, podemos então afirmar que ela não contribuiu para o desenvolvimento econômico brasileiro durante o período, já que na maior parte do mesmo ela foi deficitária e contribuiu para o aumento da instabilidade econômica.

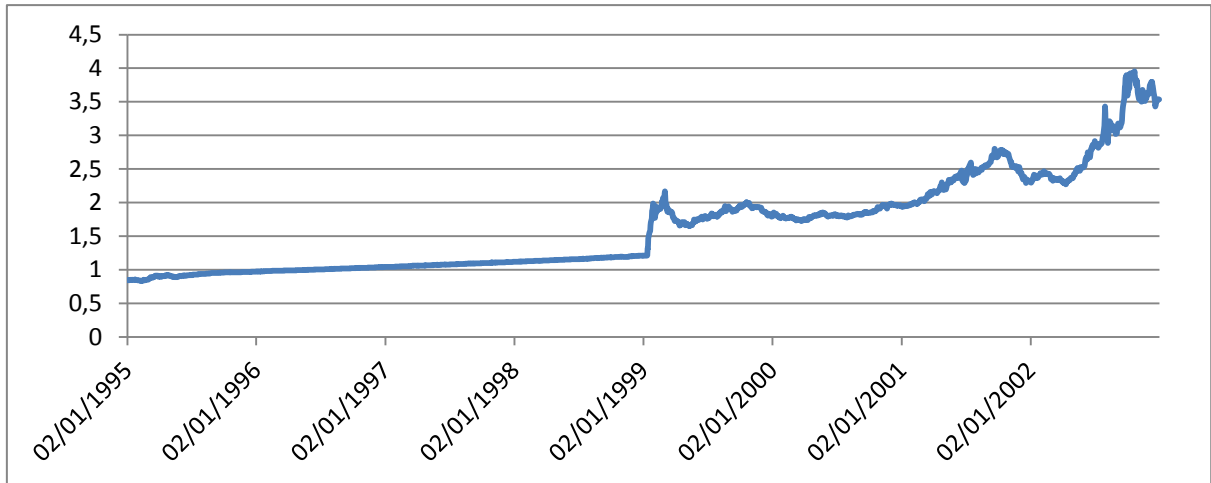
**Figura 4 – Gráfico do saldo do balanço de pagamentos (em milhões de US\$)**



Fonte: Banco Central. Elaboração do autor.

Pode-se destacar no gráfico acima o superávit significativo no saldo do balanço de pagamentos no início do governo FHC. Em 1995, 12,9 bilhões de dólares e em 1996, 8,7 bilhões de dólares. Apesar desse início exitoso, os quatro anos seguintes foram de déficits, sendo que em 1997 (7,9 bilhões de dólares), 1998 (8 bilhões de dólares) e 1999 (7,8 bilhões de dólares) eles foram bem altos. Uma das explicações para esses déficits subsequentes é a dificuldade de financiamento externo para cobrir o déficit na balança comercial. Isto ocorreu devido às crises internacionais que ocorreram neste período e que abalaram a credibilidade do Brasil perante os credores internacionais. Em 2001 (3,3 bilhões de dólares) e 2002 (0,3 bilhões de dólares) o Brasil obteve superávit no balanço de pagamentos, cuja principal causa para isto foi a volta do superávit na balança comercial.

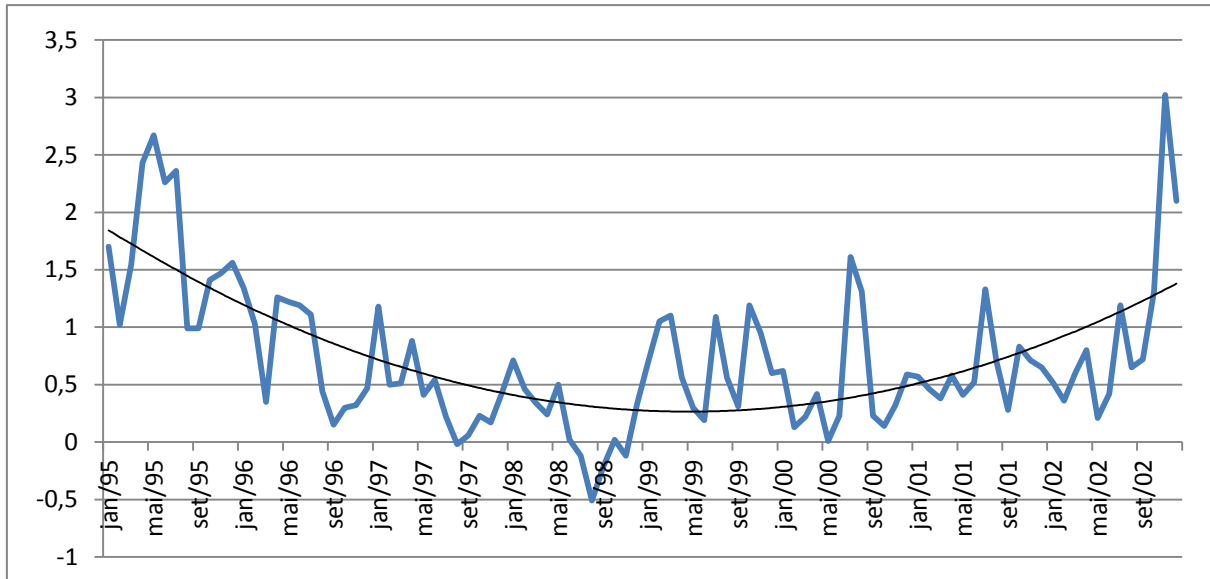
Pelos mesmos motivos no que diz respeito à balança comercial, o superávit do balanço de pagamentos é um dos estimulantes do desenvolvimento econômico. Então, a partir do gráfico acima, pode-se constatar que em certos anos o balanço de pagamentos favoreceu o desenvolvimento econômico e em outros prejudicou.

**Figura 5 – Gráfico da taxa de câmbio**

Fonte: Banco Central. Elaboração do autor.

Segue acima o gráfico com a variação do câmbio durante o governo FHC. Pode-se perceber que durante o período em que vigorou a âncora cambial o valor de US\$1 ficou entre R\$0,80 e R\$1,20. Após a liberação da flutuação livre do câmbio em janeiro de 1999, houve uma grande desvalorização do real e até início de 2001 o câmbio flutuou entre R\$1,75 e 2,10. Em meados de 2001, iniciou-se uma nova desvalorização do real, que foi intensificada em meados de 2002 devido ao temor do mercado com relação à eleição de Lula.

Durante o primeiro mandato de FHC, o Real permaneceu valorizado perante o dólar. Isto propiciou um aumento do consumo de produtos importados. Por um lado, isso foi bom para o desenvolvimento econômico do país, pois o acesso aos bens de consumo foi melhorado e houve uma renovação dos bens de capital da indústria. Esses dois pontos contribuíram para a melhoria do padrão de vida. Por outro lado, o Real valorizado gerou desequilíbrio na balança comercial, produzindo os efeitos sobre o desenvolvimento econômico já discutidos. Já no segundo mandato de FHC, o Real sofreu uma grande desvalorização, invertendo a situação dos dois pontos discutidos anteriormente.

**Figura 6 – Gráfico do IPCA – variação percentual mensal**

Fonte: Banco Central. Elaboração do autor.

Observa-se no gráfico acima que a inflação mensal no início do governo FHC encontrava-se alta (levando em consideração o período analisado) e foi reduzindo-se até chegar a ser negativa em 1998. Após isso, no segundo mandato de FHC, a inflação voltou para os níveis de 1996 e 1997, possuindo um repique no final de 2002, devido à crise gerada pela eleição de Lula. Esse comportamento é observado pela linha de tendência desenhada no gráfico, que no primeiro mandato está em trajetória descendente e no segundo manda passa a ficar em trajetória ascendente.

O efeito da inflação sobre o desenvolvimento econômico é que quando aquela está alta e descontrolada afeta negativamente este e quando ela está baixa e controlada afeta positivamente este, já que gera a estabilidade necessária para as empresas e o governo se preocuparem com o longo prazo.

Durante o governo FHC, pode-se afirmar que a inflação permaneceu baixa e controlada na maioria dos momentos, considerando o recente contexto histórico de inflação altíssima no Brasil. Essa estabilidade inflacionária gerou um benefício enorme para o desenvolvimento econômico do país no governo FHC, principalmente em seu início, quando os efeitos do Plano Real foram mais sentidos. Dentre esses efeitos pode-se destacar o aumento do poder de compra da população, devido a brusca queda da inflação.

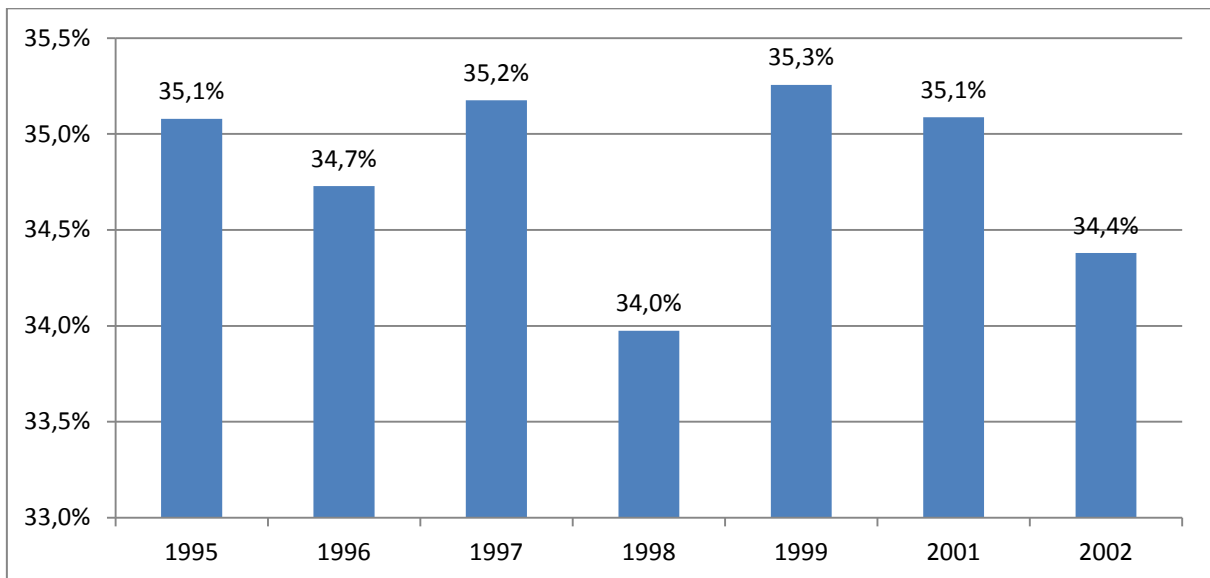
**Tabela 5 – Dívida externa**

Data	Dívida externa líquida anual em milhões US\$	Variação real (%)
1995	92.347,60	-
1996	100.562,20	8,90%
1997	130.854,50	30,12%
1998	182.267,03	39,29%
1999	190.318,67	4,42%
2000	190.316,99	0,00%
2001	162.704,10	-14,51%
2002	164.999,14	1,41%

Fonte: Banco Central. Elaboração do autor.

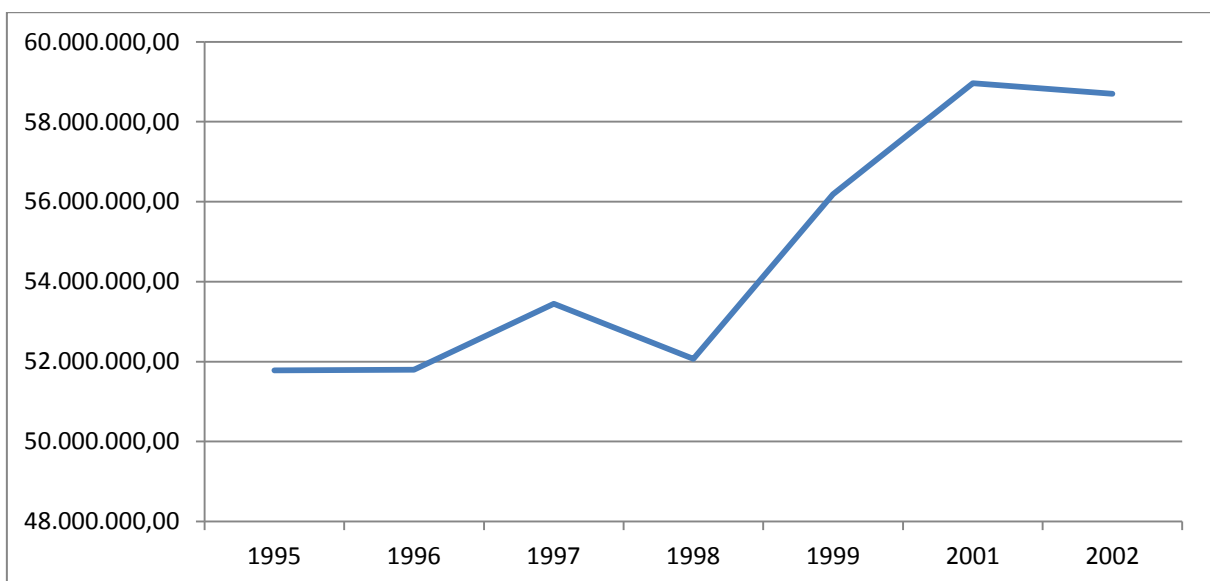
Pode-se destacar na tabela acima o expressivo aumento da dívida externa durante o governo FHC. Em 1995, a mesma era de aproximadamente 92,3 bilhões de dólares, chegando a atingir, em 1999, 190,3 bilhões de dólares, mas, em 2002, reduziu-se para aproximadamente 165 bilhões de dólares. O aumento percentual de 1995 a 2002 foi de 78,67%. Esses dados comprovam que para o Brasil conseguir manter o real valorizado perante o dólar, com o objetivo de estabilizar a inflação, foi preciso se endividar externamente. E isso aumentou a vulnerabilidade externa do país, causando em momentos de crise externa, instabilidade interna, o que prejudicou o desenvolvimento econômico durante o governo FHC.

**Figura 7** – Gráfico do percentual de pessoas na população total com renda domiciliar *per capita* inferior à linha de pobreza



Fonte: IPEA. Elaboração do autor.

**Figura 8** – Gráfico do número de pessoas em domicílios com renda domiciliar *per capita* inferior à linha de pobreza

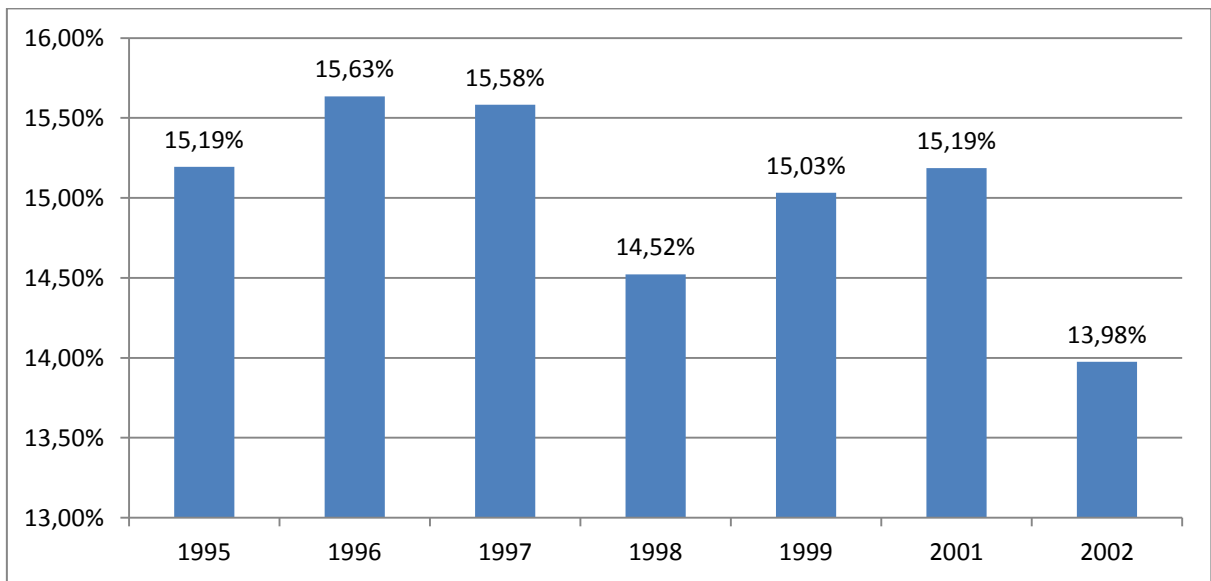


Fonte: IPEA. Elaboração do autor.

A linha de pobreza aqui considerada é o dobro da linha de extrema pobreza, que é uma estimativa do valor de uma cesta de alimentos com o mínimo de calorias necessárias para suprir adequadamente uma pessoa, com base em recomendações da Organização Mundial da Saúde (OMS). Pode-se observar que no governo FHC a taxa de pobreza oscilou muito pouco, já que a diferença do percentual mínimo (34%) para o máximo (35,3%) no período foi de 1,3%. Então, no

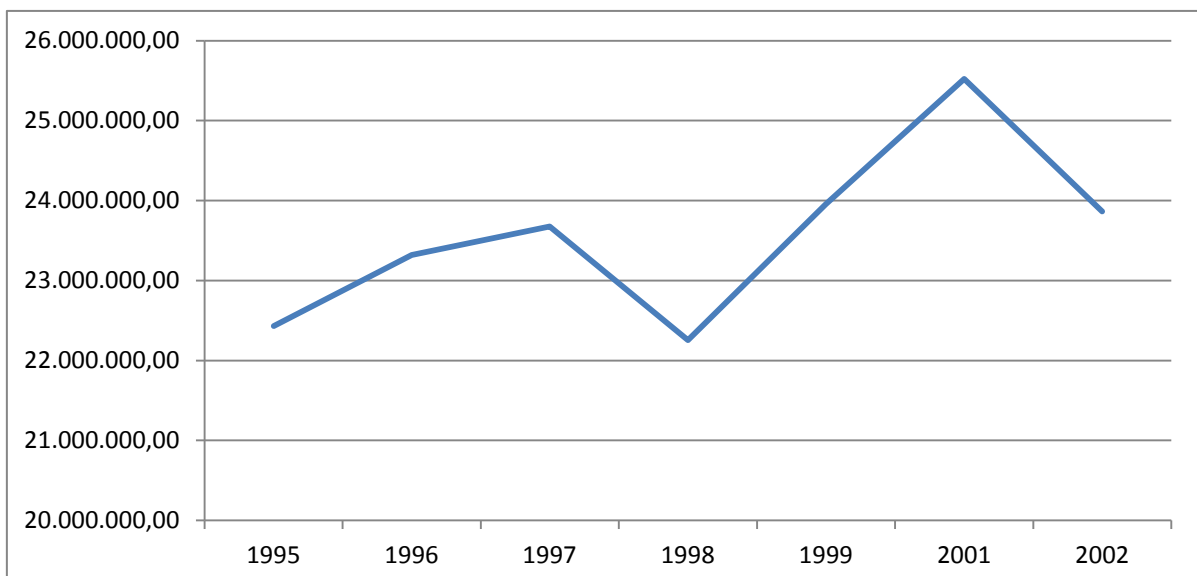
governo FHC não houve uma melhora do índice de pobreza, já que o mesmo ficou praticamente estagnado variando de 35,1% em 1995 para 34,4% em 2002. Se observarmos a quantidade de pessoas consideradas pobres no período do governo FHC comprovamos isso. Em 1995, o número de pessoas pobres no Brasil era de praticamente 52 milhões, aumentando para pouco mais de 58 milhões em 2002.

**Figura 9** – Gráfico do percentual de pessoas na população total com renda domiciliar *per capita* inferior à linha de extrema pobreza



Fonte: IPEA. Elaboração do autor.

**Figura 10** – Gráfico do número de pessoas em domicílios com renda domiciliar per capita inferior à linha de extrema pobreza



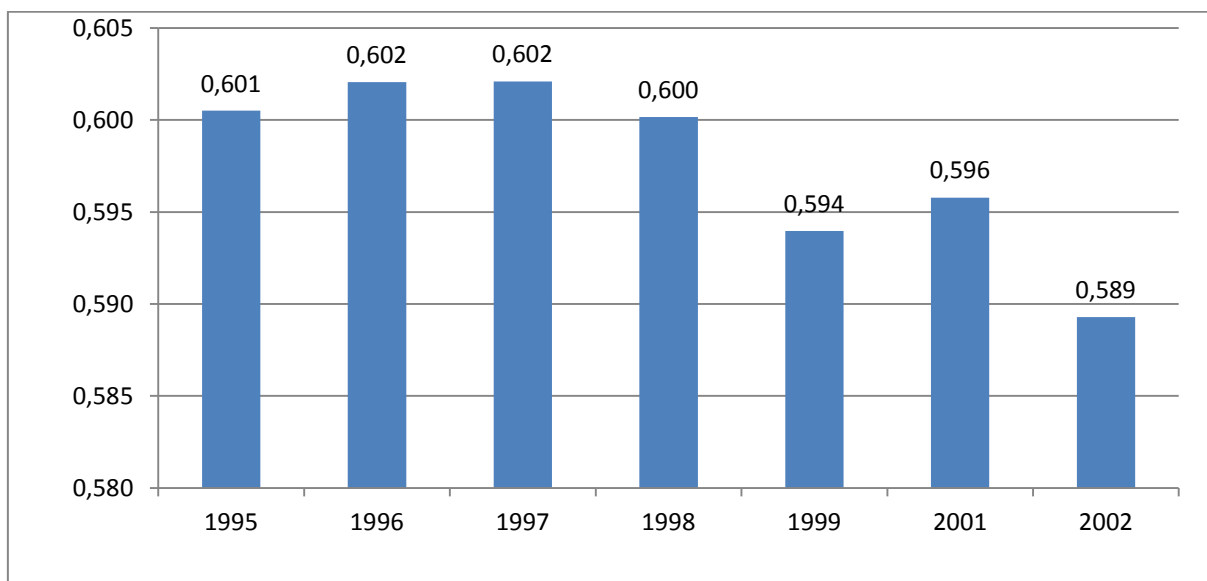
Fonte: IPEA. Elaboração do autor.



Conforme explicitado anteriormente a linha de extrema pobreza é uma estimativa do valor de uma cesta de alimentos com o mínimo de calorias necessárias para suprir adequadamente uma pessoa, com base em recomendações da Organização Mundial da Saúde (OMS). Durante o governo FHC, pode-se observar que houve uma ligeira redução da taxa de extrema pobreza, que passou de 15,19% em 1995 para 13,98% em 2002. Já se considerarmos os números absolutos, percebe-se que o número de pessoas extremamente pobres aumentou de aproximadamente 22,5 milhões em 1995 para 24 milhões em 2002.

Segundo Freire Junior (2010), o coeficiente de Gini é usualmente utilizado para calcular a desigualdade da distribuição de renda. Ele consiste em um número entre 0 e 1, onde 0 corresponde à completa igualdade da renda e 1 à completa desigualdade.

**Figura 11 – Gráfico do Coeficiente Gini**



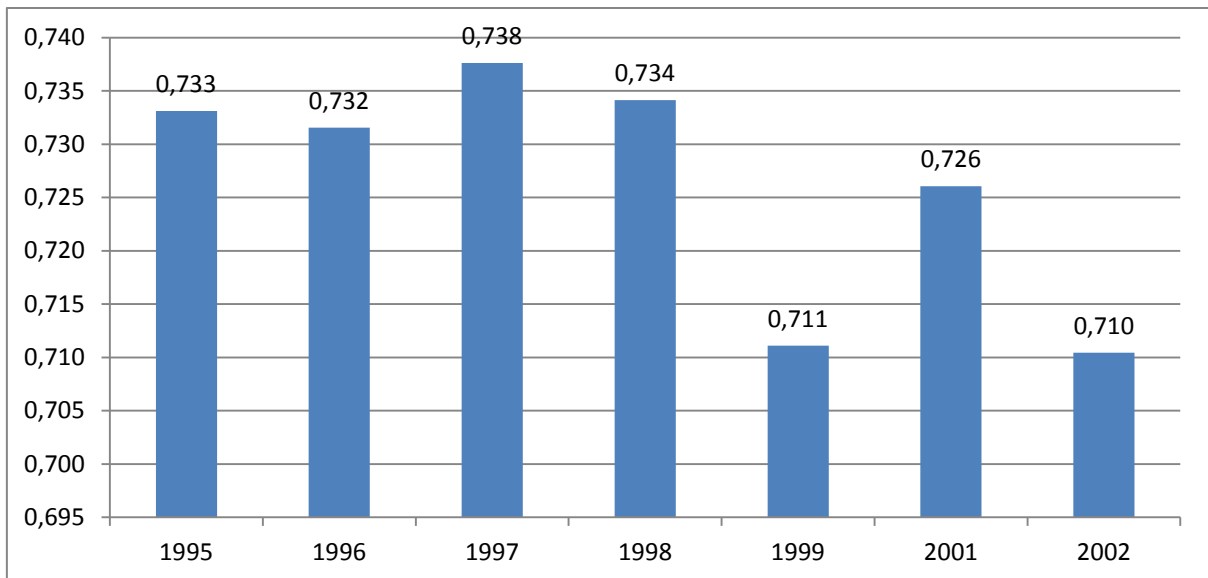
Fonte: IPEA. Elaboração do autor.

No gráfico acima, observa-se que no governo FHC houve uma queda muito pequena do coeficiente de Gini, o que significa que a desigualdade de renda no Brasil durante o governo FHC praticamente não foi reduzida já que o índice variou muito pouco saindo de 0,601 para 0,589. Isto retrata que ao final do governo FHC o Brasil continuou sendo um país bastante desigual, não havendo nenhuma mudança significativa neste aspecto durante seu governo.

Segue agora a análise de outro índice que avalia a desigualdade social: o índice de T de Theil. Segundo Freire Junior (2010, p. 46), o índice T de

Theil “é o logaritmo da razão entre as médias aritméticas e geométricas das rendas individuais, sendo nulo quando não existir desigualdade de renda entre os indivíduos e tendente ao infinito quando a desigualdade tender ao máximo.” Para calculá-lo, é necessário excluir o universo os indivíduos com renda domiciliar per capita nula.

**Figura 12 – Gráfico do índice T de Theil**

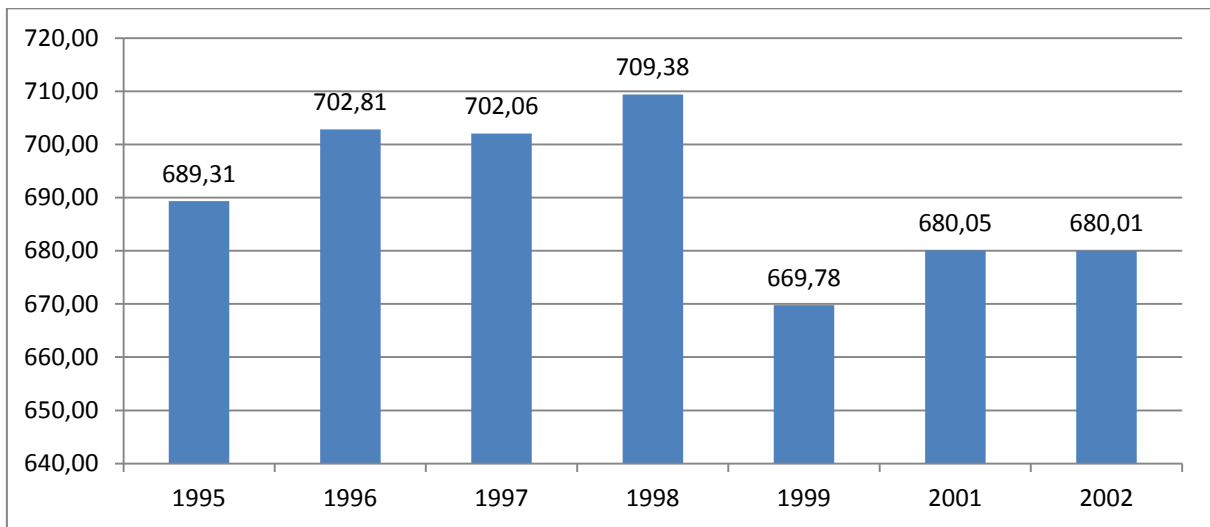


Fonte: IPEA. Elaboração do autor.

Pode-se observar que no período houve uma ligeira redução do índice T de Theil, já que em 1995 o mesmo era 0,733 e em 2002 passou a ser 0,71. Pode-se afirmar, então, que o comportamento deste índice no período do governo FHC é semelhante ao do coeficiente de Gini, ocorrendo apenas uma pequena redução, o que não se caracterizou em uma diminuição significativa da desigualdade de renda brasileira no período.

Agora, será analisada a evolução da renda domiciliar média *per capita*. Os valores do gráfico abaixo estão em reais de 2012 e representam a renda média mensal da população.

**Figura 13** – Gráfico da renda domiciliar mensal *per capita* média (em reais de outubro de 2012)

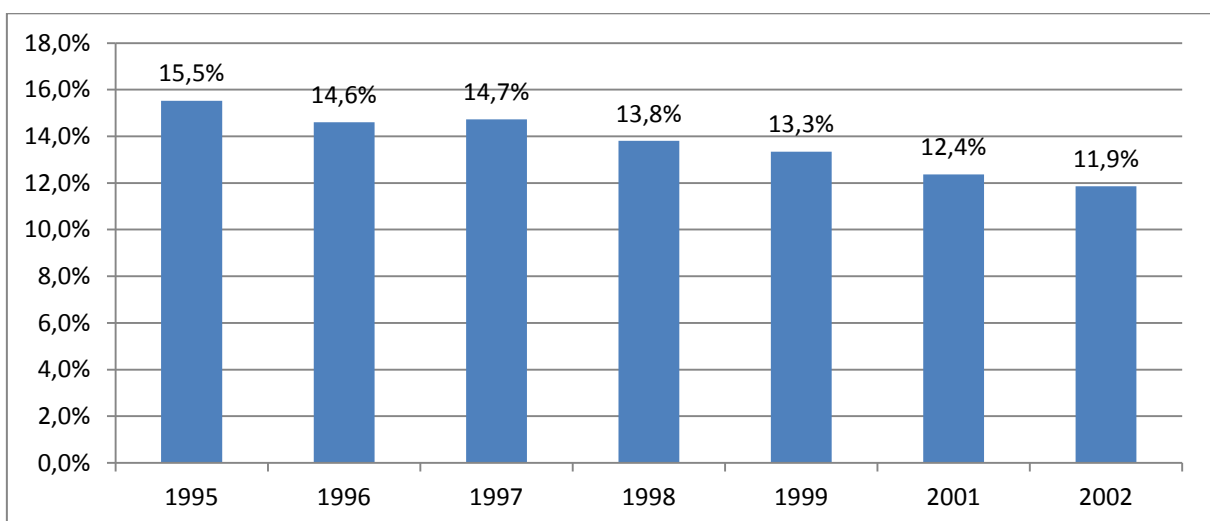


Fonte: IPEA. Elaboração do autor.

No gráfico acima, observa-se que no período de 1995 a 2002 houve uma pequena redução da renda domiciliar *per capita* média. No primeiro mandato de FHC houve até um aumento (2,1%) da renda, mas, no mandato subsequente, a renda voltou a cair chegando em 2002 a um nível inferior ao de 1995. Isto caracteriza uma estagnação ou até piora do desenvolvimento econômico no período.

Abaixo, segue o gráfico com o comportamento do índice de analfabetismo no governo FHC. O índice representa o percentual de pessoas de 15 ou mais anos de idade que não sabem ler ou escrever um bilhete simples.

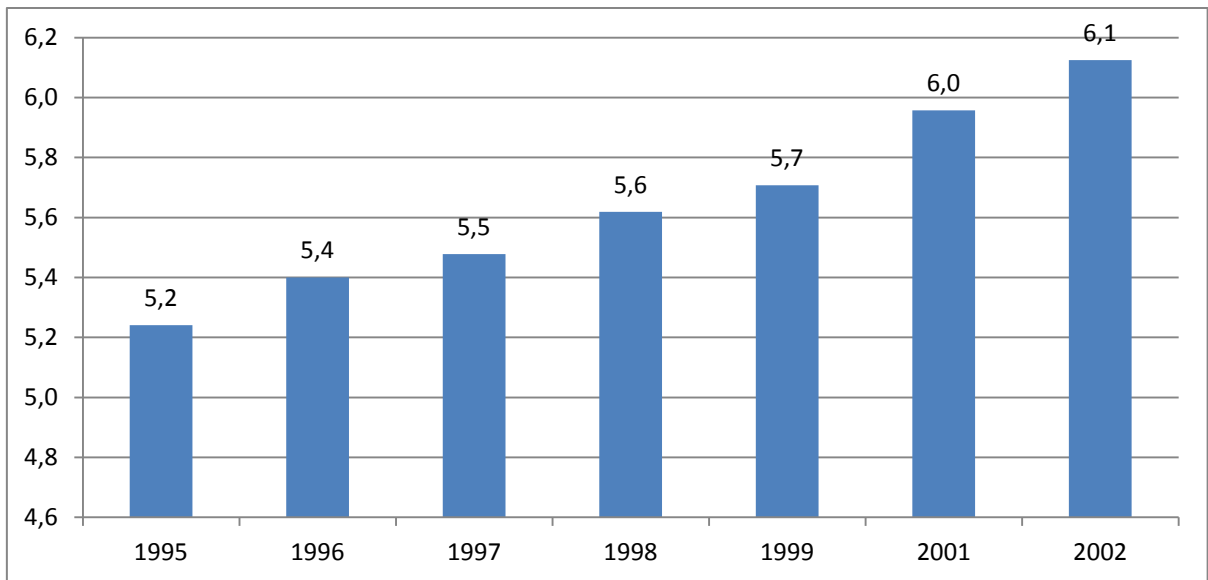
**Figura 14** – Gráfico dos analfabetos – pessoas com 15 anos e mais



Fonte: IPEA. Elaboração do autor.

Houve uma redução do índice de analfabetismo no governo FHC. A redução ocorreu ano a ano, com exceção do ano 1996 para 1997 no qual ocorreu um aumento de 0,1% no número de analfabetos. Essa redução indica uma melhora do índice de escolaridade durante o governo FHC.

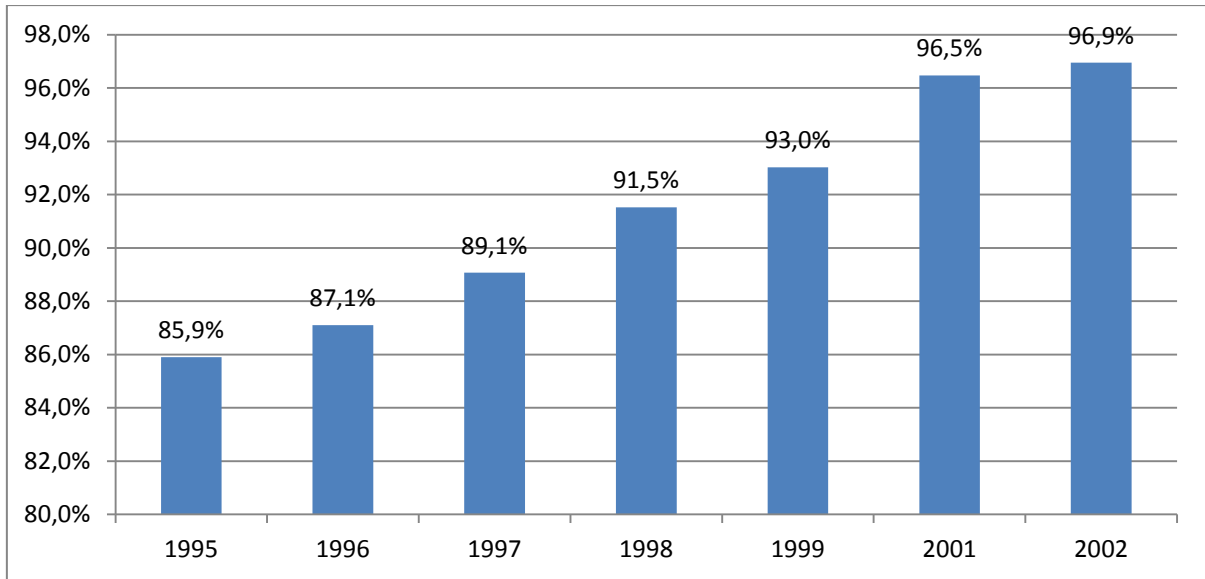
**Figura 15** – Gráfico da média de anos de estudo – pessoas com 25 anos e mais



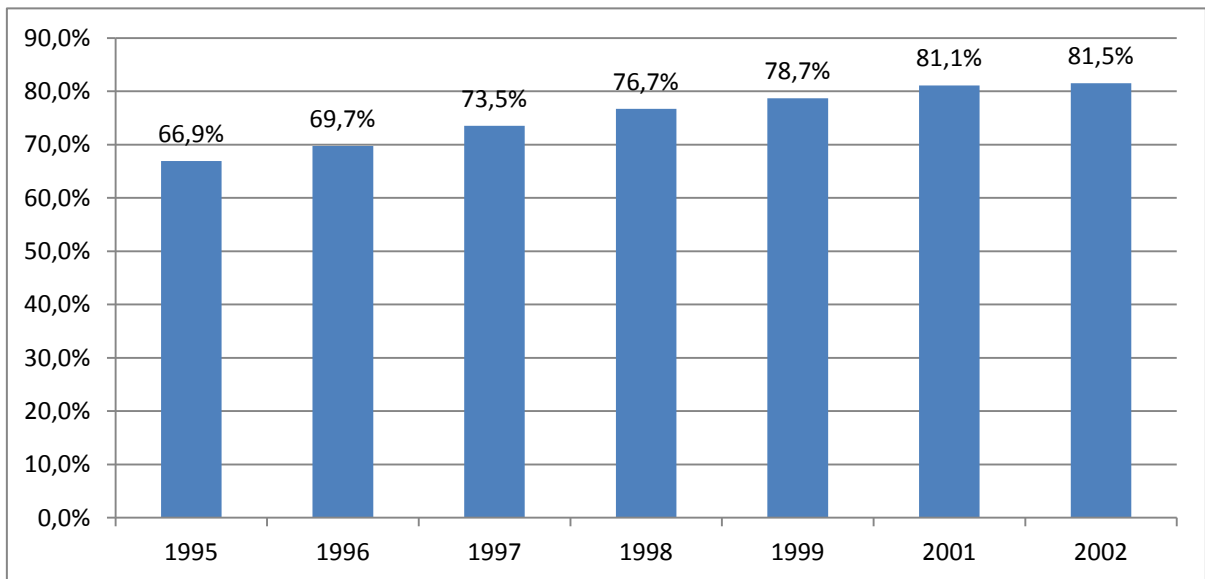
Fonte: IPEA. Elaboração do autor.

No gráfico acima, observa-se que no período de 1995 a 2002 houve uma melhora de quase um ano na média de anos de estudo. O aumento da média ocorreu ano a ano, encerrando 2002 com média de 6,1 anos. Esse índice, juntamente com o anterior, indica uma melhora na educação durante o governo FHC.

Logo abaixo, seguem dois gráficos que expõem a frequência escolar entre os anos de 1995 a 2002. O primeiro aborda a razão entre o número de pessoas de 7 a 14 anos de idade que frequentam a escola e o total de pessoas nesta faixa etária. Já o segundo faz o mesmo só que para pessoas entre 15 e 17 anos.

**Figura 16** – Gráfico da frequência escolar – pessoas de 7 a 14 anos

Fonte: IPEA. Elaboração do autor.

**Figura 17** – Gráfico da frequência escolar – pessoas de 15 a 17 anos

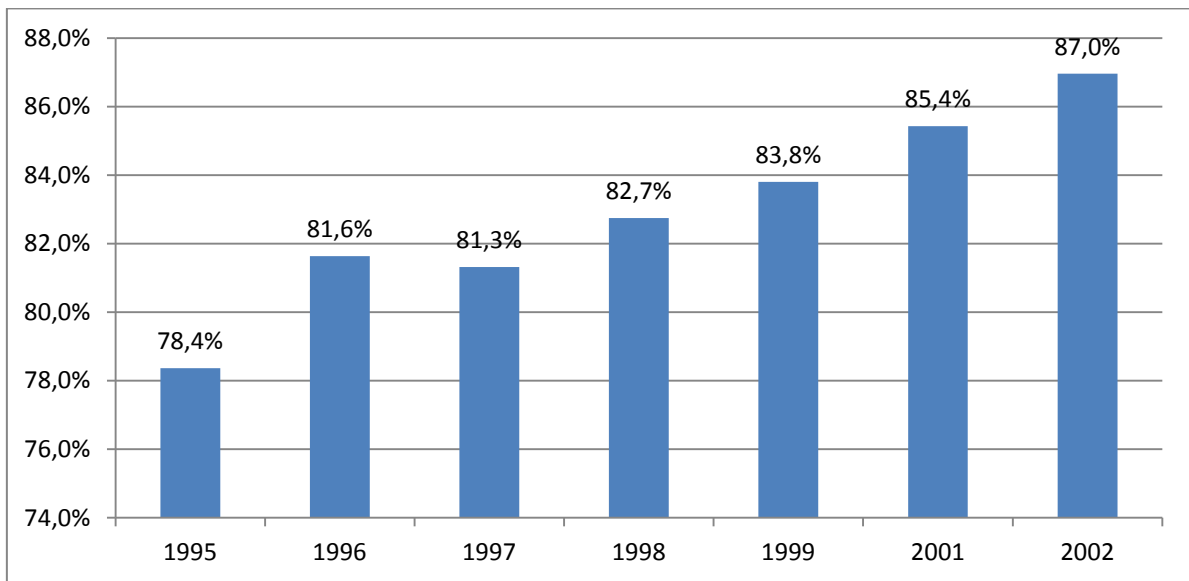
Fonte: IPEA. Elaboração do autor.

Em todos os dois gráficos, pode-se observar que houve uma melhora significativa da frequência escolar durante o governo FHC. Na frequência escolar de pessoas entre 7 e 14 anos a porcentagem sai de 85,9% em 1995 para se aproximar de 100%, atingindo 96,9% em 2002. Já na frequência escolar de pessoas entre 15 e 17 anos a porcentagem evoluiu de 66,9% em 1995 para 81,5% em 2002, o que caracteriza um aumento mais expressivo que o da frequência de pessoas entre 7 e 14 anos. A evolução dessas duas frequências escolares para faixa etárias diferentes

corroborar, junto aos índices educacionais abordados anteriormente, que houve uma melhora na educação durante o governo FHC.

Agora, será analisado o acesso a água encanada no Brasil entre 1995 e 2002. Esse índice representa o percentual de pessoas em domicílios com abastecimento de água através de rede geral com canalização interna ou através de poço ou nascente com canalização interna.

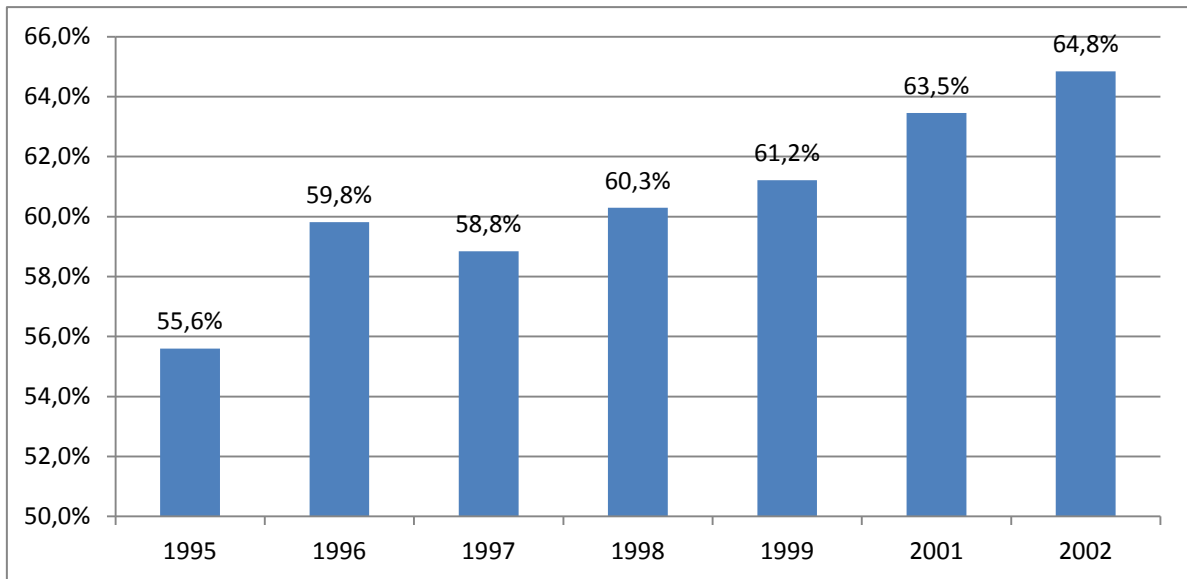
**Figura 18 – Gráfico dos domicílios com água encanada**



Fonte: IPEA. Elaboração do autor.

Observa-se, no gráfico acima, que houve uma melhora significativa do acesso da população brasileira a água encanada, já que, em 1995, 78,4% dos domicílios tinham acesso à água encanada e em 2002 esse percentual passou para 87%. Esse aumento indica uma melhora do saneamento básico durante o governo FHC.

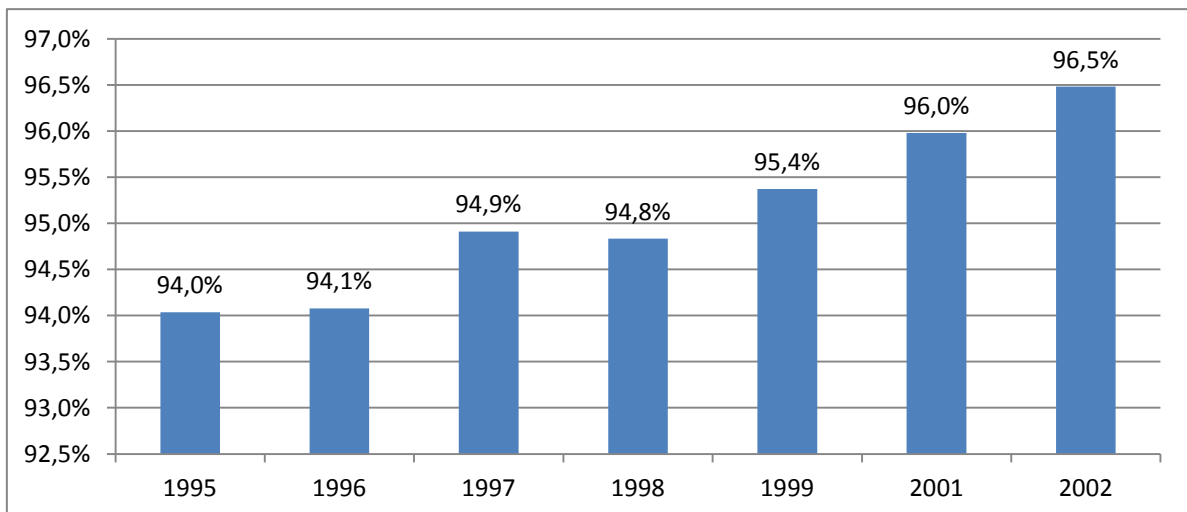
Logo abaixo, segue o gráfico com o percentual de domicílios que possuem instalação adequada de esgoto. A definição deste índice é a porcentagem das pessoas que vivem em domicílios particulares permanentes com acesso a instalações de esgoto, ou seja, que tem banheiro de uso exclusivo e com escoadouro conectado a rede coletora de esgoto ou a uma fossa séptica ligada ou não a uma rede coletora.

**Figura 19 – Gráfico dos domicílios com instalação de esgoto**

Fonte: IPEA. Elaboração do autor.

Pode-se observar que houve um aumento do percentual de domicílios que possuem instalação adequada de esgoto. Em 1995, 55,6% da população tinha acesso ao serviço de esgoto, já em 2002 64,8% da população tinha acesso a este tipo de serviço. Este é mais um índice que indica a melhora do saneamento básico no período do governo FHC.

Neste momento, será analisada a evolução do percentual de pessoas que moram em domicílios duráveis, sendo que consideram-se duráveis os domicílios em que a cobertura e as paredes são constituídos de materiais duráveis. Segue abaixo o gráfico com essas informações.

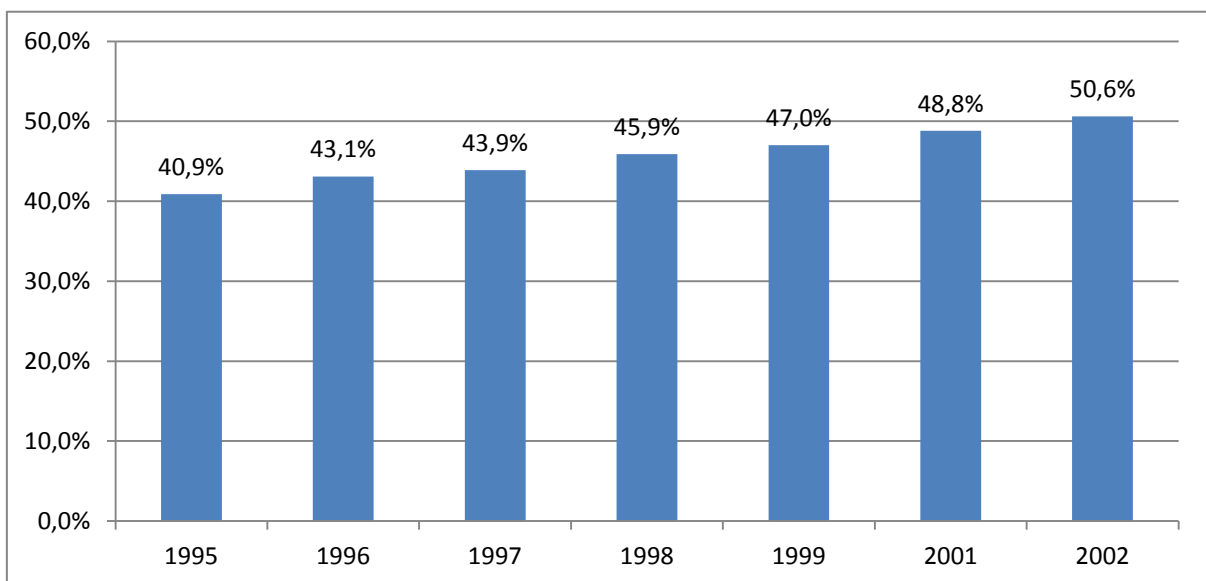
**Figura 20 – Gráfico dos domicílios com material de construção durável**

Fonte: IPEA. Elaboração do autor.

Analisando o gráfico acima, observa-se que houve um ligeiro aumento dos domicílios que possuem material de construção durável. Em 1995, 94% dos municípios utilizavam material de construção durável e em 2002, o percentual subiu para 96,5%. Este aumento, apesar de pequeno, pode indicar uma pequena melhora na infra-estrutura habitacional durante o governo FHC.

Agora, será analisado outro índice relacionado com o anterior: o percentual de moradias consideradas adequadas. Foram considerados adequados os domicílios que atendessem simultaneamente os seguintes critérios: densidade de até dois moradores por dormitório, coleta de lixo direta ou indireta por serviço de limpeza, abastecimento de água por rede geral e esgotamento sanitário por rede coletora ou fossa séptica. Segue abaixo o gráfico com essas informações.

**Figura 21 – Gráfico da adequação da moradia**



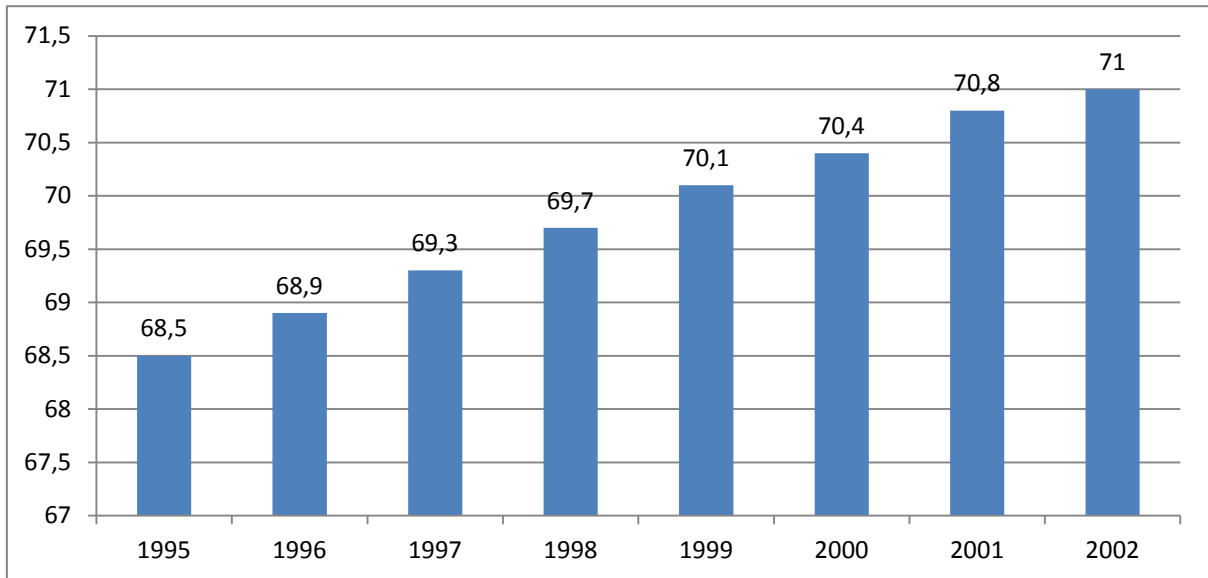
Fonte: IBGE. Elaboração do autor.

A partir do gráfico acima, observa-se que houve uma significativa melhora da adequação dos domicílios brasileiros no período do governo FHC, já que, em 1995, o percentual de moradias consideradas adequadas era de 40,9% evoluindo para 50,6%, em 2002. Considerando-se que a moradia adequada é uma das condições determinantes para a qualidade de vida da população e conseqüentemente para o desenvolvimento econômico, pode-se afirmar, juntamente do índice de domicílios com material de construção durável, que houve uma melhora na infra-estrutura habitacional durante o governo FHC.



Logo abaixo, segue o gráfico com os dados do período de 1995 a 2002 da esperança de vida ao nascer. O significado deste índice é a longevidade média esperada para um recém-nascido de determinado grupo populacional em um determinado período de tempo.

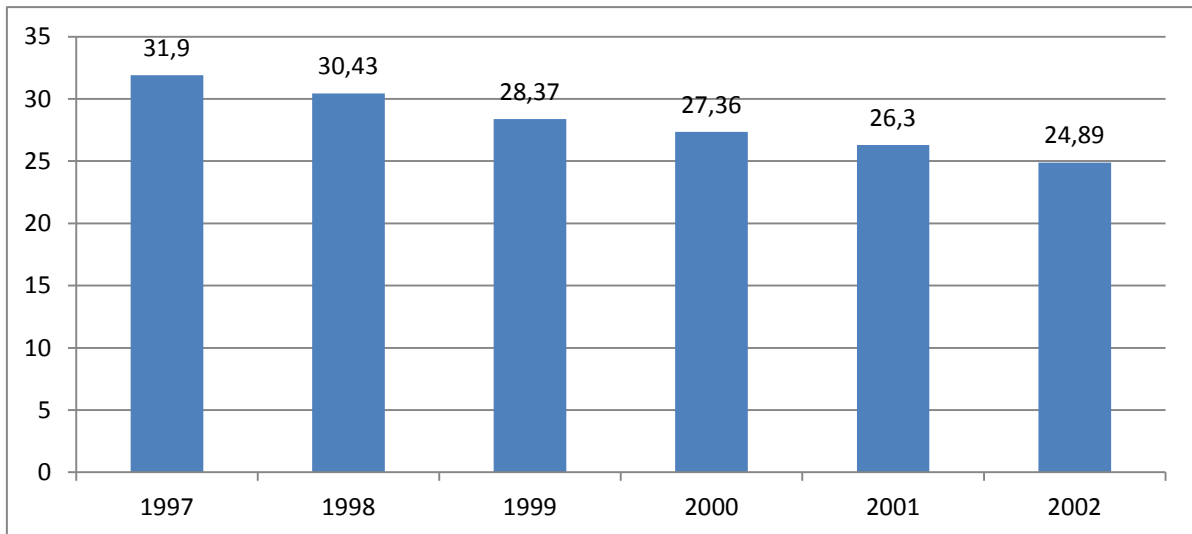
**Figura 22 – Gráfico da esperança de vida ao nascer**



Fonte: IBGE. Elaboração do autor.

Pode-se observar que houve um ligeiro aumento da esperança de vida ao nascer durante o governo FHC. Em 1995, a esperança de vida ao nascer era 68,5 anos. Já em 2002, ela passou a ser de 71 anos. Isso representa uma melhoria das condições de vida e de saúde da população no período, já que a esperança de vida ao nascer é um indicador que está estreitamente relacionado a isso. A evolução desse indicador no período representa uma melhora do desenvolvimento econômico do país, já que o aumento da esperança de vida ao nascer significa uma melhora no padrão de vida da população no governo FHC.

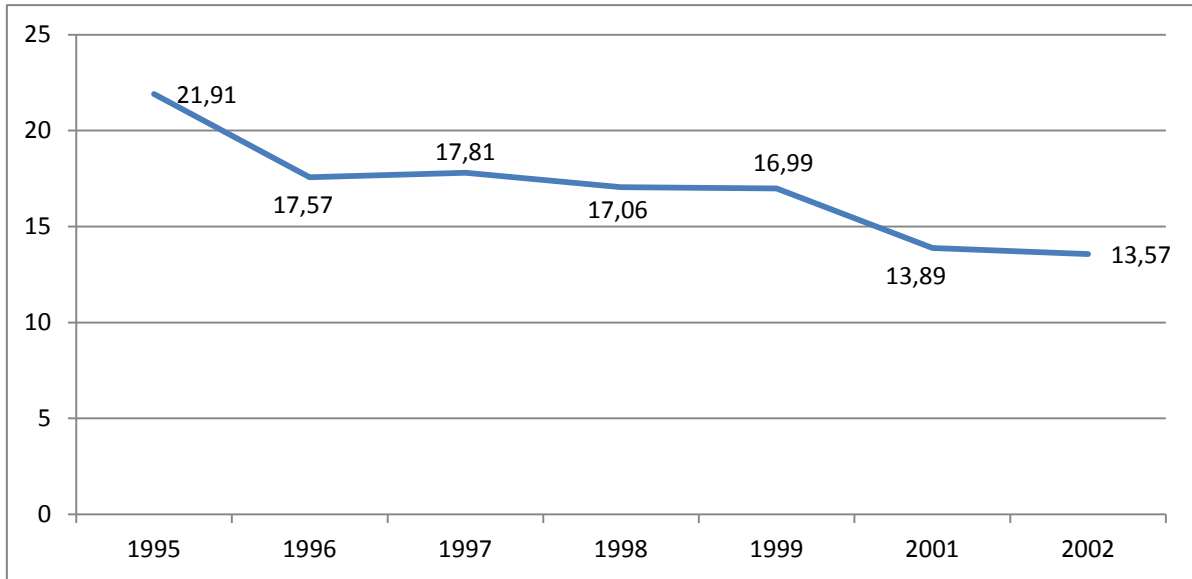
Logo abaixo, segue o gráfico com os dados do período de 1997 a 2002 da mortalidade infantil no Brasil. O significado deste índice é o número de óbitos de menores de um ano de idade, por mil nascidos vivos, na população residente.

**Figura 23 – Gráfico da taxa de mortalidade infantil**

Fonte: IBGE. Elaboração do autor.

Pode-se observar que houve uma redução significativa da mortalidade infantil no período de 1997 a 2002. Em 1997, o índice de mortalidade infantil era de 31,9, reduzindo-se, ano a ano, até chegar em 24,89 no ano de 2002. Isso indica uma melhoria das condições de desenvolvimento econômico, já que o acesso e a qualidade dos recursos disponíveis para atenção a saúde materna e da população infantil melhoraram.

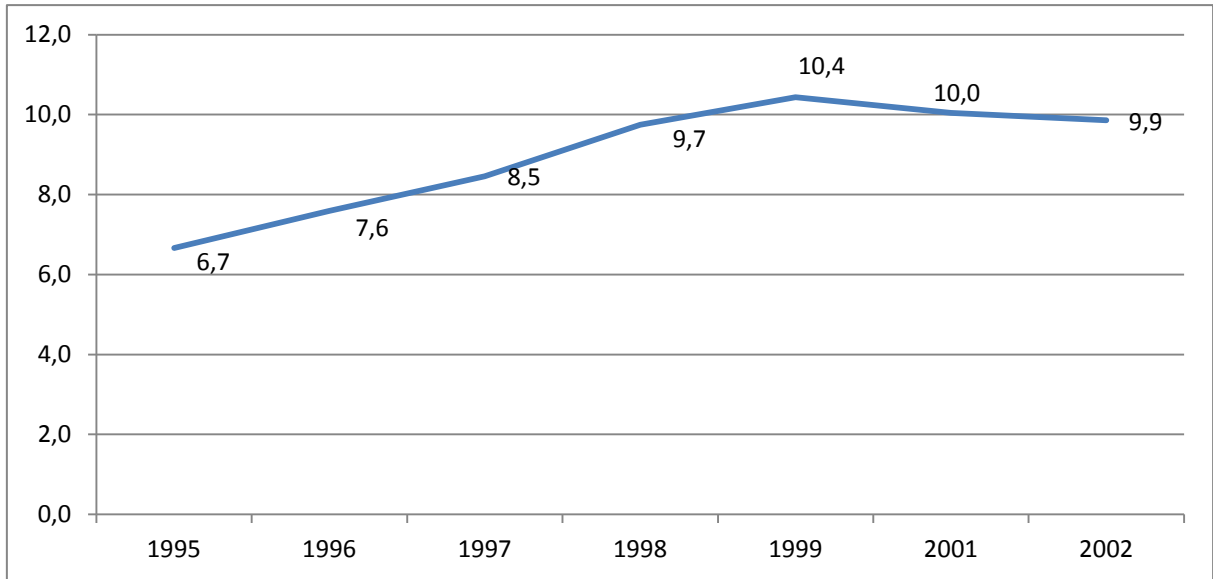
Neste momento, será analisada a evolução da taxa de trabalho infantil durante o governo FHC. Este índice é o percentual da população residente de 10 a 15 anos de idade que se encontra trabalhando ou procurando trabalho.

**Figura 24 – Gráfico da taxa de trabalho infantil (%)**

Fonte: IBGE. Elaboração do autor.

Analisando o gráfico acima, observa-se que a taxa de trabalho infantil sofreu uma queda considerável durante o governo FHC. Em 1995, a taxa era de 21,91%, reduzindo-se para 13,57% em 2002. Essa redução é um indicativo da melhoria do padrão de vida da população brasileira durante o governo FHC.

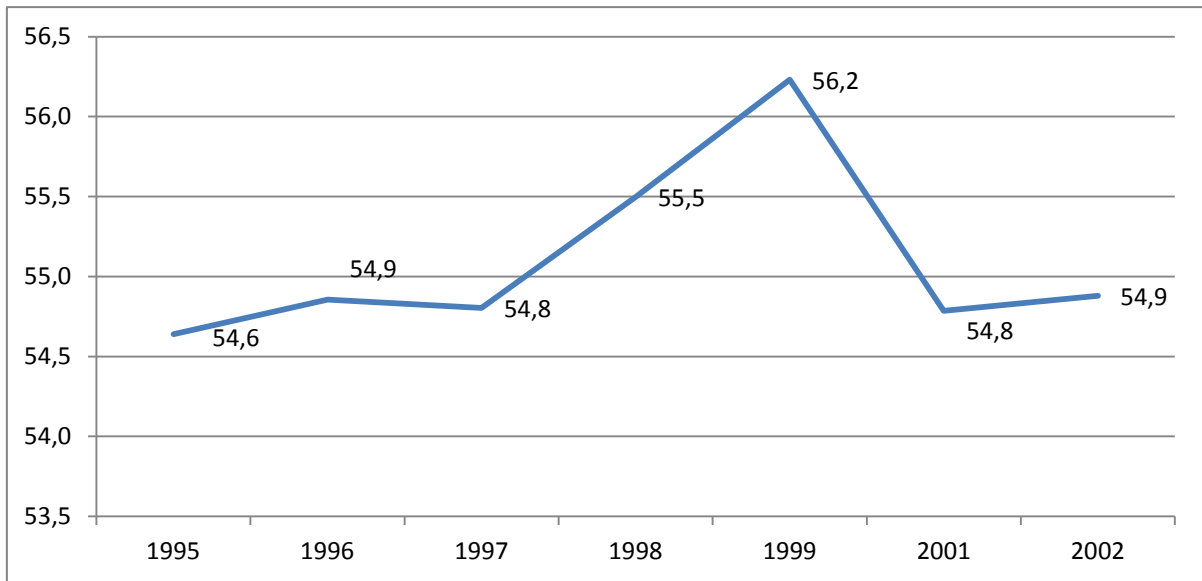
Neste momento, será analisada a evolução da taxa de desemprego, que é o percentual das pessoas que procuraram, mas não encontraram ocupação profissional remunerada entre todas aquelas consideradas ativas no mercado de trabalho.

**Figura 25 – Gráfico da taxa de desemprego (%)**

Fonte: IPEA. Elaboração do autor.

Analisando o gráfico acima, observa-se que houve um aumento significativo da taxa de desemprego durante o governo FHC. Em 1995 a taxa era de 6,7%, chegando a 10,4% em 1999 e encerrando o período (2002) em 9,9%. A evolução deste indicador foi bastante prejudicial para o desenvolvimento econômico durante o governo FHC.

Agora, analisar-se-á o grau de informalidade durante o governo FHC, índice que, geralmente, está relacionado à taxa de desemprego, pois quando esta sobe há uma tendência de aumento da informalidade, como forma de o trabalhador obter alguma renda. O cálculo do grau de informalidade, neste caso, é feito a partir da seguinte divisão:  $(\text{empregados sem carteira} + \text{trabalhadores por conta própria}) / (\text{trabalhadores protegidos} + \text{empregados sem carteira} + \text{trabalhadores por conta própria} + \text{empregadores})$ .

**Figura 26 – Gráfico do grau de informalidade (%)**

Fonte: IPEA. Elaboração do autor.

Pode-se observar que o grau de informalidade no período teve pouca variação, já que o índice estava em 54,6% em 1995, passou para 56,2% em 1999 e encerrou 2002 em 54,9%. Apesar dessa pouca variação, o grau de informalidade permaneceu em um patamar considerado elevado, o que acabou prejudicando o desenvolvimento econômico no período. Outra constatação é que não foi observada a correlação positiva entre a taxa de desemprego e o grau de informalidade, já que apesar de a taxa de desemprego ter aumentado no período, o grau de informalidade permaneceu no mesmo patamar.

## CONCLUSÃO

O presente estudo buscou examinar o conceito de desenvolvimento econômico. A partir das referências encontradas, chegou-se a seguinte definição do termo: desenvolvimento econômico é um processo de crescimento sustentado da renda que ocasiona a melhoria do padrão de vida da população.

Retomando o problema geral da pesquisa, este foi assim definido: como evoluiu o desenvolvimento econômico brasileiro durante o governo FHC (1995-2002)? A resposta será dada abaixo a partir da análise do desempenho dos vários indicadores expostos no capítulo interior.

Com relação à renda, o Brasil evoluiu muito pouco durante o governo FHC. O PIB cresceu em percentual menor que o do mundo e o PIB *per capita* cresceu em ritmo menor ainda que o do PIB, chegando a decrescer em alguns anos do período abordado, o que prejudicou o desenvolvimento econômico no período. Olhando-se para o PIB sob a ótica da demanda, constata-se que praticamente não houve alteração na composição do mesmo, continuando o PIB brasileiro extremamente composto de consumo e muito pouco de investimento, o que foi extremamente prejudicial para o Brasil se desenvolver no governo FHC, já que com o baixo investimento em áreas como infra-estrutura, saúde e educação o padrão de vida da população melhora de forma muito vagarosa.

Agora, analisando os quesitos balanço comercial, balanço de pagamentos e dívida externa, percebe-se que todos os três prejudicaram o desenvolvimento econômico do Brasil durante o governo, já que os dois primeiros permaneceram deficitários na maior parte do período e o último aumentou significativamente, o que gerou aumento da dependência externa e instabilidade interna, dificultando a melhoria do padrão de vida da população brasileira.

Com relação à taxa de câmbio durante o governo FHC, ela produziu, ao mesmo tempo, tanto quando estava valorizada, quando estava desvalorizada, efeitos benéficos e maléficos para o desenvolvimento econômico do período, não sendo claro qual dos efeitos prevaleceu.

Já a taxa de inflação reduziu-se significativamente no período, contribuindo bastante para que houvesse desenvolvimento econômico no período, pois a estabilidade gerada pela baixa inflação é um dos pré-requisitos para que haja desenvolvimento econômico. Além disso, a erradicação da hiperinflação com a

conseqüente estabilidade monetária alcançada pela economia brasileira com a implantação do Plano Real, promoveu notável efeito na economia em termos de recuperação do sistema de preços, além da preservação do real poder de compra dos trabalhadores assalariados.

No que diz respeito à distribuição de renda, o Brasil evoluiu muito pouco durante o governo FHC, o que contribuiu negativamente para o desenvolvimento econômico. O percentual de pessoas abaixo da linha de pobreza e extrema pobreza reduziu-se muito pouco no período. O coeficiente de Gini e o índice T de Theil também. Por fim, a renda domiciliar real mensal *per capita* média diminuiu durante o governo FHC.

Já com relação à educação, houve uma melhora significativa durante o governo FHC. O percentual de adultos analfabetos diminuiu, a média de anos de estudos de pessoas com mais de 25 anos aumentou e a frequência escolar na faixa etária dos 7 aos 17 anos também aumentou. Tudo isto ajudou no desenvolvimento econômico do período.

No que diz respeito ao saneamento básico e à estrutura habitacional, também houve uma melhora significativa de 1995 a 2002. O percentual de domicílios com acesso à água encanada e esgoto aumentou. O percentual de moradias consideradas adequadas também aumentou, assim como o de domicílios com material de construção durável.

Com relação aos indicadores esperança de vida ao nascer, mortalidade infantil e taxa de trabalho infantil, houve uma melhora em todos eles durante o governo FHC. A evolução desses três indicadores, portanto, contribuiu para o desenvolvimento econômico no período.

Por fim, no que diz respeito ao emprego, houve uma piora durante o governo FHC. A taxa de desemprego aumentou significativamente no período e o grau de informalidade permaneceu estável. Este indicador, então, prejudicou o desenvolvimento econômico brasileiro no período.

Considerando o contexto histórico-econômico do governo FHC, constata-se que o mesmo não contribuiu para o desenvolvimento econômico, devido a suas inúmeras crises externas e internas que a todo o momento geravam instabilidades na economia do país. Tudo isto fez com que o governo, às vezes, tivesse que tomar medidas impopulares na condução da política econômica, o que prejudicou os indicadores de desenvolvimento econômico.

Portanto, a partir da análise de todos indicadores e do contexto histórico-econômico, pode-se concluir que não houve desenvolvimento econômico durante o governo FHC. Apesar de alguns indicadores terem evoluído de maneira favorável a este no período, os dois (renda e distribuição de renda), que podem ser considerados os mais importantes dentre eles, não o foram. Além disto, a maioria dos indicadores evoluiu de uma maneira que prejudicou o desenvolvimento econômico durante o governo FHC. Também, houve um enorme esforço no primeiro mandato para manter a conquista da estabilidade econômica, além das várias crises externas e internas enfrentadas ao longo de todo o governo FHC.



## REFERÊNCIAS

BANCO CENTRAL DO BRASIL – BACEN. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/pt-br/paginas/default.aspx>>.

BRESSER-PEREIRA, L. C. *Desenvolvimento e crise no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1968.

BRESSER-PEREIRA, L. C. Macroeconomia Pós-Plano Real: as relações básicas. In: João Sicsú; Luiz Fernando de Paula; Renaut Michel. (Org.). *Novo Desenvolvimentismo: um projeto nacional de crescimento com equidade social*. 1 ed. Barueri: Editora Manole Ltda, 2005, v. 1.

BRESSER-PEREIRA, L. C. O conceito histórico de desenvolvimento econômico. *Textos para discussão da Escola de Economia de São Paulo*, São Paulo, v. 157, dezembro de 2006.

CAMPOS, C. C. et al. *Indicador de desenvolvimento econômico e social (IDES) dos Estados Brasileiros*. Disponível em: <[http://fgvprojetos.fgv.br/sites/fgvprojetos.fgv.br/files/estudo\\_5.pdf](http://fgvprojetos.fgv.br/sites/fgvprojetos.fgv.br/files/estudo_5.pdf)>. Acesso em: 15 jul. 2014. Rio de Janeiro.

FEIJÓ, R. *Desenvolvimento econômico: modelos, evidências, opções políticas e o caso brasileiro*. São Paulo: Atlas, 2007.

FILGUEIRAS, L. A. M. *Histórias do Plano Real: fundamentos, impactos e contradições*. São Paulo: Boitempo, 2000.

FREIRE JUNIOR, J. et al. *Entendendo os principais indicadores sociais e econômicos*. Fortaleza: IPECE, 2010.

FURTADO, C. *Introdução ao desenvolvimento: enfoque histórico-estrutural*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

FURTADO, C. *Teoria e política do desenvolvimento econômico*. 2 ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1961.

GREMAUD, A. P.; VASCONCELLOS, M. A. S.; TONETO JÚNIOR, R. *Economia Brasileira Contemporânea*. 7 ed. São Paulo: Atlas, 2009.

HIRSCHMAN, A. O. La economía política del desarrollo latino americano. Siete ejercicios en retrospectiva. El Trimestre Económico. México, v. LXIII (2), n. 250, Abril/Junho 1996.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/>>.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA – IPEA. Disponível em: <<http://www.ipeadata.gov.br/>>.

KAYANO, J.; CALDAS, E. L. Indicadores para o diálogo. *Texto de apoio da oficina 2*, São Paulo, v.08, outubro de 2002.

LACERDA, A. C. de et al. *Economia Brasileira*. 5 ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

MANZO, A. J. *Manual para la preparación de monografías*: un guía para presentar informes y tesis. 2 ed. Buenos Aires: Humanitas, 1973.

MARCONI, M. A; LAKATOS, E. M.. *Técnicas de pesquisa*. 7 ed. São Paulo: Atlas, 2008.

MILONE, P. C. Crescimento e desenvolvimento econômico: teorias e evidências empíricas. In: MONTORO FILHO, André Franco et alii. *Manual de economia*. São Paulo: Saraiva, 1998.

OLIVEIRA, G. B. Uma discussão sobre o conceito de desenvolvimento. *Revista FAE*, Curitiba, v. 5, n. 2, p. 37-48, maio/ago. 2002.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS – ONU. Disponível em: <<http://www.un.org/en/>>.

PIRES, M. C. et al. *Economia brasileira: da colônia ao governo Lula*. São Paulo: Saraiva, 2010.

SANDRONI, P. et. al. *Novíssimo dicionário de economia*. São Paulo: Best Seller, 1999.

SCHUMPETER, J. A. *The Development Economics*. Oxford: Oxford University Press, 1961.

SOUZA, N. J. *Desenvolvimento econômico*. 4 ed. São Paulo: Atlas, 1999.

SOUZA, N. J. *Desenvolvimento econômico*. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2005. University Press, 1961.

VASCONCELLOS, M. A. S. de. *Economia: micro e macro: teoria e exercícios*. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2002.

VILLELA, A. et. al. *Economia Brasileira Contemporânea: 1945-2004*. São Paulo, 2004.